

Acção Socialista



N.º 1306 29 Maio 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Jornadas Parlamentares nos Açores

Prosseguir o bom rumo para ultrapassar as dificuldades



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) realizou em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, nos Açores, nos dias 26 e 27 de Maio, as suas jornadas

parlamentares centradas no apoio à autonomia regional e à política do Governo de Carlos César em ano de eleições naquela região autónoma. **págs. 8, 9 e 10**

Entrevista pelos leitores

18



Rui Baleiras, secretário de Estado do Desenvolvimento Regional: “Desertificação combate-se promovendo a coesão dos territórios e a sua competitividade”

Entrevista Presidente Câmara de Seia

10



Eduardo Brito: “É preciso dotar o concelho de bons acessos aos principais eixos rodoviários”

Debate Quinzenal

3

Governo aprova maior aumento de sempre nos abonos de família

Nesta edição
Suplemento
“Europa”

DEBATE

Igualdade de género na revisão do Código do Trabalho

3 de Junho, 21 horas
Sede nacional do Largo do Rato

Com a presença do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva
Organização: Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

Mulheres
SOCIALISTAS

Investimento em auto-estradas beneficia segurança rodoviária

QUANDO investe em novas auto-estradas, o Governo do PS está a apostar no reforço da segurança rodoviária, sublinhou o primeiro-ministro, José Sócrates, no passado dia 17 de Maio, ao inaugurar o troço final da A17 (auto-estrada do Litoral-Centro), entre o Louriçal e Mira, ocasião em que também se comprometeu a avançar com mais investimentos, nomeadamente numa nova ligação a Norte.

Discursando na Figueira da Foz, Sócrates recordou que Bragança é o único distrito do país que não tem um quilómetro de auto-estrada, pelo que prometeu lançar o concurso, adjudicar e executar a obra de construção de uma ligação Vila Real-Bragança, que designou como “a auto-estrada da justiça”.

“Não queremos deixar uma zona do nosso país para trás”, apontou, criticando de seguida aqueles que contestam os novos investimentos em infra-estruturas rodoviárias, uma vez que – sustentou – “a região transmontana não pode esperar mais”.

“Quanto mais anos querem que o distrito de Bragança esteja fora das auto-estradas?”, questionou o chefe do Executivo socialista, acrescentando que a ligação entre Vila Real e Bragança oferece àquela região do país “condições para ter acesso às coisas boas da vida contemporânea”.

Segundo José Sócrates, a abertu-



ra da A17 constituía “uma prioridade” para a região Litoral-Centro, dada a sua “importância para uma melhoria efectiva da qualidade de vida dos cidadãos residentes e das empresas localizadas nos concelhos envolventes”, até porque a estrada alternativa, a EN109, “não está à altura das necessidades das pessoas e da economia”.

Por outro lado, classificou as auto-estradas em geral como infra-estruturas “salva-vidas” e afirmou que nada é mais importante para o país do que o caminho feito nos últimos anos na redução da sinis-

tralidade rodoviária.

Depois, venceu que Portugal foi o segundo país da Europa, a par com a França, que mais reduziu a sinistralidade nas suas estradas.

O governante apontou ainda a entrada em funcionamento de auto-estradas como “uma das razões mais importantes” para essa prestação.

“O aumento das condições de segurança e de conforto reduz a sinistralidade e, em particular, a sinistralidade grave”, disse.

Por seu turno, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, disse que

o novo modelo de gestão e financiamento aprovado pelo Governo permite que o período que medeia entre o lançamento do concurso e a adjudicação das novas concessões decorra “em menos de um ano” e não em cinco anos como sucedeu com a A17.

“E o meu objectivo é chegar aos oito meses”, afirmou Mário Lino.

Sobre a futura auto-estrada transmontana, o titular da pasta das Obras Públicas disse que o concurso foi lançado em Novembro de 2007 e as propostas estão a ser apreciadas.

Refira-se a propósito da auto-estrada do Litoral-Centro, que o último troço inaugurado tem 60 quilómetros de extensão, desde a Figueira da Foz ao Louriçal, tem cinco nós de acesso, seis viadutos, duas pontes nos rios Mondego e Pranto, 50 passagens superiores e sete inferiores, representando um investimento estimado de 353 milhões de euros.

Já a A17 na sua totalidade estende-se por 93 quilómetros e teve um custo de execução de 542 milhões de euros, fazendo ligação a Norte com a A25 (Aveiro-Vilar Formoso) e a A1 em direcção ao Porto, enquanto a Sul entronca com a A8, na Marinha Grande, num percurso alternativo à A1.

Com a inauguração do troço final da A17 passa a ser possível a ligação directa, pelo litoral, entre Lisboa e Aveiro.

A ligação ao Porto, de alternativa à A1, será concretizada assim que estiver concluído o troço da A29 entre Estarreja e a A25 (Aveiro-Vilar Formoso), onde a A17 entronca.

Destaque-se igualmente que a nova auto-estrada estreou um novo sistema de cobrança de portagens, o “Via Manual”, que permite o pagamento sem auxílio do portageiro.

Assim, mediante um equipamento embutido nas cabinas de portagem, o condutor faz o pagamento com moedas, notas ou com multibanco. M.R.

PS/Oeiras debate Educação

O estatuto e avaliação dos docentes, o ensino especial, a educação pré-escolar, a transferência de competências na área da educação para as autarquias, os novos apoios educativos, a relação com os sindicatos e inserção dos jovens no mercado de trabalho estiveram no centro da intervenção de Maria de Lurdes Rodrigues num debate realizado pelo PS/Oeiras.

NO PASSADO dia 29 de Maio, no auditório da Biblioteca Municipal, a Concelhia de Oeiras do PS organizou um debate sobre Educação com a participação de Maria de Lurdes Rodrigues, ministra da Educação.

Com uma larga adesão de militantes e simpatizantes do PS em Oeiras, a discussão centrou-se em diversos temas que marcam actualmente as políticas educativas no país, tendo sido possível, mais uma vez, o esclarecimento de dúvidas e questões relacionadas com o estatuto e avaliação dos docentes, o ensino especial, a educação pré-escolar, a transferência de competências para as autar-



quias, os novos apoios educativos, a relação com os sindicatos ou a inserção no mercado de trabalho pelos jovens.

Em tom optimista, a ministra da Educação identificou os eixos estruturantes das reformas em curso, salientando a aposta no 1.º ciclo

do ensino básico e no ensino secundário, as alterações na filosofia organizacional das escolas e os méritos do Programa “Novas Oportunidades”.

Por sua vez, o Presidente da Concelhia de Oeiras Marcos Sá, elogiando a coragem e

determinação da acção governativa na área da educação, aproveitou para sublinhar que os resultados já visíveis na redução do abandono e insucessos escolares são a prova indelével da eficácia das políticas educativas do Governo do PS.

Governo aprova maior aumento de sempre nos abonos de família

Congelar até ao final do ano o valor dos passes sociais nos transportes públicos, aumentar em 25 por cento os abonos de família para os agregados familiares com menores rendimentos, do primeiro e segundo escalões, medida que abrangerá cerca de 900 mil beneficiários e que custará ao Estado cerca de 120 milhões de euros já a partir do segundo semestre deste ano, pagar a curto prazo 600 milhões de euros de dívidas a fornecedores, reembolsar o IVA às empresas de construção e criar um mecanismo de adiantamento das verbas do QREN para as empresas, colocando-lhes à disposição linhas de crédito no valor de 600 milhões de euros, foram as medidas que o primeiro-ministro anunciou no Parlamento na abertura do debate quinzenal, no passado dia 21 de Maio, dedicado ao tema da economia.



RUI SOLANO DE ALMEIDA

JOSÉ Sócrates começou por afirmar que as verbas que o Estado se propõe a injectar na economia representam um sinal claro da disposição do Governo em enfrentar com determinação e confiança a adversidade da actual conjuntura económica internacional.

Determinação, disse, porque vai prosseguir com o rumo das reformas, nomeadamente no que respeita à sua economia, enfrentando com coragem e confiança, “os bloqueios estruturais que são colocados ao nosso desenvolvimento”.

É por isso, acrescentou, que o Governo não pode caminhar pelo lado da facilidade nem permitir tão pouco, que se “ponha em causa” tudo aquilo que os portugueses, com o seu esforço, já conseguiram.

Em três anos, recordou o primeiro-ministro, “superámos uma grave crise orçamental”, foi retirada a Segurança Social de uma situação de alto risco, reformulada e simplificada a Administração Pública, qualificaram-se os serviços públicos, lançou-se o Plano Tecnológico, investindo nas qualificações e na ciência, houve uma forte aposta nas energias renováveis e lançadas diversas políticas sociais.

Tudo para que Portugal pudesse ter percorrido “com passos seguros” o caminho do rigor, da mudança e da modernização, sem simultaneamente ter deixado de avançar para uma maior igualdade de oportunidades.

Agora que a conjuntura internacional começa a criar algumas dificuldades à economia nacional, disse o primeiro-ministro, e numa altura em que a economia portuguesa começava a dar sinais de crescimento, nem por isso, sublinhou, o Governo cederá “à demagogia ou ao facilitismo” permitindo que se volte atrás e se deixe que o caos das contas públicas assuma de novo o quotidiano dos portugueses.

Consciente das dificuldades do momento presente e dizendo com-

prender bem os problemas com que as empresas e as famílias se deparam, o primeiro-ministro considerou que “apesar do pessimismo crónico de muitos”, a verdade “é que trouxemos o défice para os 2,6%”, o nível mais baixo dos últimos 30 anos, ao mesmo tempo que a economia crescia, “evitando o cenário de uma segunda recessão”.

Novas medidas de política económica e social

José Sócrates recordou que desde o início o Governo teve de enfrentar três principais desafios: o problema do défice das contas públicas, o problema do crescimento económico e o da criação de emprego. A todos eles, disse o primeiro-ministro, “soubemos responder com eficácia”, enfrentando o problema do défice com resultados hoje bem visíveis para todos, “mas sem nunca virar as costas à economia” e sem desistir de lutar pela confiança e crescimento económico e “pela criação de emprego”, tal como nunca foram esquecidos os que mais precisam para quem “foram lançadas novas gerações de políticas sociais”.

Sustentando a sua intervenção no trabalho que o Governo tem vindo a empreender ao longo dos últimos três anos, o primeiro-ministro anunciou um conjunto de seis iniciativas, a serem levadas a efeito de imediato, que pretendem, como referiu, não só reforçar mas também convergir no sentido de criar melhores condições para a economia portuguesa, perfazendo por isso um instrumento de resposta à conjuntura internacional desfavorável que hoje atravessamos.

Em primeiro lugar, o Governo decidiu criar um mecanismo inédito de adiantamento dos fundos comunitários concedidos às empresas como incentivos ao investimento. Assim, no âmbito do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), o Executivo socialista decidiu passar a conceder adiantamentos, que podem chegar aos 35 por cento dos

incentivos aprovados, permitindo um acesso mais rápido aos fundos europeus e desonerando as empresas de uma parte substancial dos encargos financeiros com a concretização dos seus investimentos.

Uma outra medida anunciada pelo primeiro-ministro diz respeito à criação de um novo sistema de crédito para as pequenas e médias empresas colocando à sua disposição 600 milhões de euros já neste ano de 2008. Trata-se, como recordou José Sócrates, de um sistema de crédito a quatro anos, com carência no primeiro ano e meio e com um juro de 25 por cento abaixo do valor da Euribor e que contará com a garantia pública de 50 por cento do financiamento, a suportar pelo Programa Operacional Factores de Competitividade.

Uma terceira medida tem em vista estender ao sector da construção, onde vigora o regime de autoliquidação, um regime mais expedito de

reembolso do IVA reduzindo de 90 para apenas 30 dias os procedimentos de reembolso deste imposto.

Uma quarta medida que aponta para que o Estado encurte os prazos de pagamento das dívidas aos seus fornecedores, medida que já permitiu entretanto reduzir os prazos médios de pagamento de 96 para 85 dias, garantindo agora o primeiro-ministro o pagamento a curto prazo de 600 milhões de euros de dívida a fornecedores, nomeadamente no sector da Saúde e noutros departamentos da Administração Central, medida que será igualmente seguida, “quer nas autarquias locais, quer nas regiões autónomas”.

A quinta medida anunciada pelo primeiro-ministro respeita à decisão do Governo de congelar até ao final do ano o preço dos passes sociais, iniciativa que visa, simultaneamente, favorecer uma maior utilização dos transportes públicos.

Finalmente, José Sócrates anun-

ciou que o Estado vai gastar este ano 60 milhões de euros com o aumento em 25% do abono de família (como esta medida só será aplicada a partir do segundo semestre do corrente ano, o impacto nas contas será de 60 milhões de euros em 2008) para o primeiro e segundo escalões, medida que atingirá cerca de 900 mil beneficiários e que terá um custo anual de 120 milhões de euros no reforço do apoio às famílias mais carenciadas e “àquelas que mais seriamente sentem as dificuldades desta conjuntura internacional”.

Governo na rota certa

Para o líder do Grupo Parlamentar do PS, Portugal pode encarar as dificuldades criadas pela conjuntura económica internacional com confiança e esperança no futuro porque o Governo, disse, “está a fazer os reajustamentos necessários sem mudança de rumo e sem proceder a alterações da rota que escolheu para o país”.

Na perspectiva de Alberto Martins, o Governo e o país têm sabido dar as respostas convenientes, quer às crises orçamentais, quer às dificuldades estruturais que têm vindo a surgir ao longo do período em que o PS governa Portugal.

Estamos por isso, “no bom caminho”, não obstante, como referiu, as dificuldades que “não devemos nem queremos ocultar”.

Porque o Governo foi capaz, nestes três anos, de resolver com coragem e eficácia o problema do défice das contas públicas, disse Alberto Martins, hoje é possível a Portugal enfrentar a crise do petróleo e a crise alimentar recorrendo a medidas e soluções que estão ao nosso alcance, “sem necessidade de demagogias” adequando o problema “à dimensão dos nossos meios”.

O sentido das políticas do Governo, disse ainda o líder do GP/PS, “é o mais justo” e aquele que “melhor se adequa à estratégia de desenvolvimento que o país reclama”.

MEDIDAS ANUNCIADAS PELO PRIMEIRO-MINISTRO

- Adiantamento de fundos comunitários no âmbito do QREN concedidos às empresas como incentivo ao investimento que podem atingir 35% dos estímulos aprovados.
- Novo sistema de crédito às PME colocando à sua disposição 600 milhões de euros para apoiar o investimento e o reforço do fundo de maneiço das empresas.
- Estender ao sector da construção um regime mais expedito de reembolso do IVA reduzindo de 90 para 30 dias o processo de reembolso.
- Acelerar os pagamentos do Estado, garantindo, em simultâneo, o pagamento a curto prazo de 600 milhões de euros de dívidas a fornecedores, nomeadamente no sector da Saúde, noutros departamentos da Administração Pública, nas autarquias locais e nas Regiões Autónomas.
- Congelar, até ao final de 2008, o preço dos passes sociais, incentivando a utilização dos transportes públicos.
- Aumentar em 25% o abono de família para o primeiro e segundo escalões, abrangendo cerca de 900 mil famílias já a partir do segundo semestre deste ano.

OPINIÃO



ÓSCAR GASPAR
Economista
Militante n.º 26303

Para os cidadãos, os apoios são directos ao orçamento familiar porque, para além da conhecida redução do IVA a partir de Julho, o Governo decidiu congelar o preço dos passes sociais para a utilização dos transportes públicos e aumentar em 25% o valor do abono de família para o primeiro e para o segundo escalões

REMAR TODOS PARA O MESMO LADO

ESTÁ na hora de cerrar fileiras. A economia e as finanças públicas portuguesas melhoraram muito nos últimos anos: recuperámos a credibilidade internacional, o nosso país passou a ser considerado como um exemplo pelas empresas mais modernas do mundo e, ainda que possa não ser totalmente perceptível, os “fundamentals” da economia recuperaram.

Dito de outra forma, a evolução de Portugal é bastante impressionante, quer na amplitude e profundidade das (malfadadas) reformas estruturais, quer nas alterações do perfil de crescimento da nossa economia em que se destacam:

- Aumento da capacidade exportadora (crescimentos da ordem dos 9,2% e 7,3% “respectivamente” em 2006 e 2007);
- Diversificação dos mercados de destino (onde Angola é o exemplo máximo mas outros países como Brasil, Argélia, Rússia, Marrocos têm crescimentos muito assinaláveis... e aposto que a Venezuela também vai figurar nesta lista em 2008);
- Aumento dos sectores de alta tecnologia, sendo que, pela primeira vez, em 2007 registou-se um saldo positivo da balança tecnológica.

Estas constatações estatísticas decorrem de um esforço conjunto e articulado dos portugueses, que passou, por exemplo, pela valorização da tecnologia e da inovação, a redução de procedimentos administrativos, a criação de um ambiente mais favorável ao empreendedorismo, o esforço de internacionalização, a elevação de qualificações, a reforma dos sistemas de incentivos, a criação de uma rede estruturada de infraestruturas (logísticas, ferroviárias, portuárias, rodoviárias e também tecnológicas).

Fez-se o que devia ser feito e felizmente que tivemos ânimo, vontade e política para ultrapassar a crise das finanças públicas e ganhar músculo para os novos desafios. E, raramente como hoje, são claros os difíceis desafios que temos que enfrentar.

Só duas notas recordatórias rápidas.

- Em meados de Março de 2005 a Euribor a três meses estava nos 2,135% e na passada quarta-feira ascendeu a 4,848%, ou seja, mais do que duplicou em três anos. Independentemente do banco e das negociações de cada um, este aumento da taxa de juro leva a um aumento de muitas dezenas de euros na mensalidade da casa, o que reduz o rendimento disponível e, portanto, também as perspectivas de consumo.
- Em meados de Março de 2005 o preço do petróleo estava a subir e atingia os 53,68 dólares o barril, mas na passada quarta-feira já ascendia a 124,12. Para aqueles que dizem “pois, mas isso é em dólares”, há que recordar que o euro valia 1,34 dólares em 14 de Março de 2005 e subia aos 1,58 dólares no passado dia 20 de Maio. Ou seja, o barril custava 40 euros em 2005 e custa 78,8 euros agora, no que é um crescimento de quase 100%. Apetece também aproveitar as palavras do conhecido economista Paul Krugman (1) para tomar a sério esta inédita subida do preço dos combustíveis porque esta não resulta de especulação.

Neste enquadramento é importante que os cidadãos e as empresas sintam que o Governo está atento e detém instrumentos que, mais do que resolver as situações de curto prazo, estimulem uma actuação resistente e dinâmica por parte de todos. Temos razões para a confiança.

No último debate parlamentar o primeiro-ministro anunciou algumas medidas de carácter social e económico que vão nesse sentido. Para o tecido empresarial, quando alguns dos maiores problemas residem na tesouraria e no acesso ao financiamento, é da maior importância:

- que possa haver uma adiantamento até 35% dos incentivos aprovados no QREN;
- que seja criada uma linha de crédito para as PME no valor de 600 milhões de euros, como forma de apoio ao investimento e reforço do fundo de maneio das empresas;
- a redução para 30 dias do prazo para reembolso do IVA para as empresas de construção;
- a injeção de 600 milhões de euros para pagamento de dívidas a fornecedores, no sector da Saúde, autarquias locais e regiões autónomas, etc.

Para os cidadãos, os apoios são directos ao orçamento familiar porque, para além da conhecida redução do IVA a partir de Julho, o Governo decidiu congelar o preço dos passes sociais para a utilização dos transportes públicos e aumentar em 25% o valor do abono de família para o primeiro e para o segundo escalões.

Como tudo na vida, resolvido que esteja um problema, novo problema reclama solução. Como diz um amigo meu, na política, como nos flippers, só se ganha uma coisa: o mérito de voltar a estar aos comandos. O PS está a provar que tem as competências para esse trabalho sem-fim do desenvolvimento, com as políticas que a cada momento são as mais adequadas e com as preocupações sociais que sempre nos guiaram.

(1) em “The New York Times” a 12 de Maio. Diz também que “The consequences of that scarcity probably won’t be apocalyptic: France consumes only half as much oil *per capita* as America, yet the last time I looked, Paris wasn’t a howling wasteland”

Proposta de nova legislação laboral é compromisso possível

VILA REAL

PERANTE uma realidade laboral totalmente nova com a qual os portugueses se defrontam, o Governo do PS apresentou “uma proposta realista e ajustada” de revisão do Código do Trabalho, que tem no combate à precariedade o seu “ganho mais relevante”

A mensagem é do secretário nacional do PS, deputado e ex-governante, camarada Miranda Calha, que no passado dia 16 de Maio se reuniu com militantes de Vila Real, num debate promovido pela respectiva Federação socialista, e onde não deixou de salientar que o processo de revisão do quadro normativo do trabalho está ainda “no ponto de partida”, uma vez que continuam a decorrer as negociações e o diálogo entre Governo e os diferentes parceiros sociais.

Em comunicado, a estrutura vila-realense do PS resume as ideias essenciais discutidas no âmbito deste debate, lembrando, em primeiro lugar, que “os encerramentos e as deslocalizações de empresas para fora de Portugal não cessam”.

Assim, afirmam os socialistas num documento distribuído à Comunicação Social, “o país tem que mudar a sua estrutura produtiva”.

“Esta mudança implica largar as velhas indústrias de trabalho intensivo e baixos salários, para



apostar em actividades de maior conteúdo tecnológico, que empregam menos gente, mas mais qualificada e melhor remunerada”, sustentam, apontando, por outro lado, que o trabalho cada vez menos se processa em massa, como no tempo do capitalismo de produção industrial, e que as pessoas tendem a mudar frequentemente de emprego e até de profissão ao longo da vida.

“O teletrabalho, os horários flexíveis, o *part-time* voluntário, a maior autonomia dada nas empresas às pessoas e às pequenas equipas põem em causa o tradicional enquadramento hierárquico de grandes massas de operários. São tempos difíceis e de adaptação para os trabalhadores”, refere o comunicado, onde os socialistas de Vila Real sublinham também que as novas tecnologias abrem

o leque salarial, pagando mal aos info-excluídos e muito bem aos que se movem à vontade nestas técnicas”, numa altura em que se reforça “a entrada no mercado mundial de centenas de milhões de trabalhadores asiáticos, com salários baixíssimos”.

É pois, defendem, uma necessidade do mundo ocidental é proteger as chamadas “vítimas do progresso”, num contexto em que até a protecção social também “está em crise”.

Posto isto, o PS de Vila Real conclui que a proposta do Código do Trabalho que o Governo apresentou é “o compromisso possível entre as exigências de flexibilidade no trabalho para competir no mercado global e as compensações sociais que a comunidade está disposta a dar aos prejudicados pela modernização e globalização”. M.R.

Militantes de Leiria debatem com Fernando Medina revisão do Código do Trabalho

A POUCA adaptabilidade, a debilidade da contratação colectiva, a elevada rigidez do mercado de trabalho, a pouca efectividade das normas e a elevada taxa de precariedade constituem, segundo o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, os principais problemas nas relações laborais com que Portugal se confronta.

Fernando Medina falava recentemente em Leiria, num plenário distrital de militantes socialistas onde abordou e explicou as propostas de revisão ao Código do Trabalho que o Governo do PS apresentou na concertação social.

Face ao diagnóstico enunciado, o secretário de Estado clarificou que o Executivo propôs alterações à legislação laboral no sentido de deixar mais espaço para a contratação colectiva nas empresas, dar mais direitos às famílias (com aumentos nas licenças de paternidade e maternidade) e procurar reduzir a precariedade laboral obrigando os empregadores a pagar encargos para a Segurança Social dos trabalhadores em regime de recibo verde, “o que não acontecia até aqui”.

Perante os militantes de Leiria, Fernando Medina frisou igual-



mente que a rigidez do mercado laboral em nada beneficia os trabalhadores e o emprego, já que ela é responsável pela menor atractividade do investimento estrangeiro, um importante potenciador de criação de emprego.

Por seu turno, o camarada João Paulo Pedrosa, presidente da Federação do PS de Leiria saudou, na sua intervenção, as medidas de reforço do apoio às famílias propostas pelo Governo, designadamente aquelas que facilitam a conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Congratulou-se também com o aumento da licença de paternidade, uma vez que, conforme sublinhou, “essa foi uma das batalhas que

a Federação de Leiria procurou travar quando, no ano de 2007, desenvolveu uma ampla iniciativa distrital com vista a valorizar as políticas públicas de apoio à família e à natalidade”.

A encerrar esta sessão desenvolveu-se um amplo debate com os militantes do PS sobre estas matérias, tendo ficado assente, com a disponibilidade imediata de Fernando Medina, a realização de outras iniciativas no domínio do emprego e formação profissional, tendo em linha de conta que o QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional apresenta uma enorme janela de oportunidades para a qualificação e valorização profissional dos portugueses. M.R.



Sócrates acusa PCP de querer condicionar sindicatos

REFORMA LABORAL

O PCP pretende “condicionar os sindicatos”, para que não haja consenso quanto à reforma laboral que o Governo quer ver aprovada em sede de concertação social, afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, que apelou à “mobilização” dos militantes socialistas para a defesa das “propostas ambiciosas” do Governo nesta matéria.

“A proposta que apresentamos é boa, correcta, equilibrada, defende os trabalhadores e a economia e abre as portas a um país melhor”, sublinhou.

José Sócrates falava no dia 17 num plenário de militantes do PS do distrito de Braga, durante o qual explicou as propostas de alteração do Código de Trabalho.

Destacando na sua intervenção aspectos da revisão do Código do Trabalho, como o combate à precariedade e a penalização dos recibos verdes, o líder do PS lembrou que “nenhum Governo teve, até agora, a coragem de apresentar propostas tão ousadas na concertação social” e que beneficiam, em simultâneo, os trabalhadores e a economia.

E atacou as posições do PCP e da CGTP-Intersindical, que classificou de “radicalismo”, defendendo que “os sindicatos ganham

quando não têm condicionamentos políticos. Devem defender os trabalhadores e não ser porta-vozes de partidos. Luto muito para que haja sindicatos fortes, mas sindicatos fortes são autónomos dos partidos políticos”.

Na sua intervenção, Sócrates reiterou que o PS avançará com a reforma laboral mesmo que não haja consenso. “A reforma é tão delicada que essas mudanças devem exigir consensos. Estamos a lutar arduamente para que haja consensos, mas se o total sectarismo dos outros parceiros continuar, nós saberemos o que temos de fazer”.

Continuando nas críticas às posições dos partidos à esquerda do PS, frisou que a proposta do Governo propõe a redução do limite dos contratos a termo de seis para três anos, a descida de um por cento na taxa social única nos contratos sem termo e o aumento de três por cento nos contratos a prazo. E perguntou: “Como é possível alguém dizer que estas medidas são a favor da precariedade?”

Sócrates explicou ainda que as propostas governamentais contêm “um novo conceito de trabalho subordinado”, beneficiando, também, os trabalhadores sujeitos ao chamado “falso recibo verde” e incentivando a sua contratação

pelas empresas.

“Propomos que os trabalhadores a recibo verde paguem menos 7,5% e que as empresas que recorrem a este tipo de pagamento, paguem mais cinco por cento para a Segurança Social”, perguntando de seguida se será também esta medida a favor da precariedade.

Sócrates defendeu, também, a proposta governamental de alterar o regime de Convenções Colectivas de Trabalho, ao fim de dez anos em vigor, lembrando, a propósito, que quando foi ministro no Governo de António Guterres, “havia uma empresa pública onde os trabalhadores tinham um dia mensal de folga para irem ao banco levantar o dinheiro do ordenado”.

Esta medida, frisou, “apesar de absurda”, estava em vigor porque constava da Convenção Colectiva.

Entretanto, no âmbito do conjunto de plenários de dirigentes do PS com militantes e simpatizantes socialistas que se têm vindo a realizar sobre “A reforma laboral – um novo compromisso”, Edite Estrela e Fernando Medina participaram num sessão em Leiria, Vieira da Silva e Pedro Marques estiveram presentes em Setúbal e Miranda Calha participou num plenário em Vila Real. Todas estas sessões tiveram lugar no dia 16.

Desemprego baixa e atinge 7,6% no primeiro trimestre

A TAXA de desemprego situou-se nos 7,6% no primeiro trimestre deste ano, o que se traduz numa queda de 0,8 pontos percentuais face ao mesmo trimestre do ano anterior, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), resultados que o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, considerou “positivos”

“Estes números são positivos,

que o Governo encara com prudência e realismo. Ainda assim, os dados do desemprego divulgados pelo INE demonstram que a economia portuguesa tem capacidade para criar emprego”.

Os dados do INE apontam para uma descida da taxa de desemprego de 0,2 pontos percentuais em relação ao quarto trimestre de 2007, quando a taxa se situou nos 7,8%.

A população desempregada foi

estimada em 427 mil indivíduos, menos 9,1% que no trimestre homólogo e menos 2,1% que nos três meses anteriores.

Por seu turno, o número de empregados aumentou 1,1%, quando comparado com o trimestre homólogo de 2007, e subiu 0,1%, relativamente ao trimestre anterior.

Recorde-se que o Governo prevê que a taxa de desemprego se situe nos 7,6% no final do ano.

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Presidente do PS/Algarve
Coordenador de Agricultura da Representação Portuguesa junto da UE

Há agora uma nova orientação no sentido de investir nos biocombustíveis de segunda geração, principalmente, reciclagem dos óleos vegetais e gordura animal, aproveitamento de subprodutos e resíduos da floresta e da indústria [...] e na produção de algas

BIOCOMBUSTÍVEIS: POR UMA ABORDAGEM SUSTENTÁVEL

OS BIOCOMBUSTÍVEIS surgiram como uma solução interessante, porque permitiriam reduzir o grau de dependência do petróleo (funcionando como estabilizador do preço) e diversificar fontes energéticas (dando maior segurança), ajudariam a reduzir os gases com efeito de estufa e constituiriam uma boa alternativa para a agricultura.

Mas a polémica rebentou muito mais cedo do que se esperava com a crise alimentar. O entusiasmo inicial foi substituído pelo cepticismo. E são muitas as questões, quer do ponto de vista económico, quer ambiental, quer social, sendo a mais mortífera a ideia de “se estar a tirar da boca para alimentar automóveis”.

É certo que a produção de biocombustíveis cresceu 20% num ano, tendo um impacto nos preços dos cereais (15%), particularmente devido ao programa americano de produção de etanol. No caso europeu, apenas 2% dos cereais foram usados para produção de biocombustíveis, sem impacto relevante. Mas também é verdade que os biocombustíveis tiveram um efeito sobre o preço da gasolina que poderia ser 15% superior. Um estudo da Agência Internacional de Energia refere que UE e EUA pouparam um milhão de barris por dia (120 milhões de dólares), nos últimos três anos, por via do abastecimento por biocombustíveis.

Além disso, os biocombustíveis são encarados estratégicos para a segurança energética. Nos EUA, a meta é produzir 136 mil milhões de litros em 2022



(com 60 mil milhões de etanol, triplicando a produção actual). A China quer estar a produzir 13 mil milhões de etanol e 3 mil milhões de biodiesel em 2030. A UE quer passar de uma incorporação nos transportes de 5,75% em 2010 para 10% em 2020, dos quais 30% de segunda geração (havendo quem conteste a meta e quem proponha uma abordagem mais qualitativa, expressa num objectivo europeu em termos de redução de gases com efeito de estufa).

São programas ambiciosos, com riscos evidentes, que necessitam de ser orientados no quadro de uma política alimentar e energética mais vasta e devem ser monitorados e avaliados sistematicamente.

Na UE a prioridade parece ser a definição de indicadores de sustentabilidade, quer do ponto de vista ambiental (conservação de carbono, conservação da biodiversidade e conservação de solos), quer a nível social, nomeadamente no que diz respeito à suficiência alimentar e ao respeito pelos direitos do trabalho. A dúvida é saber como tornar esses indicadores universais, já que se questiona sempre a sua compatibilidade com as regras do comércio mundial.

Por outro lado, vai ser reequacionada a política de estímulo aos biocombustíveis no âmbito do Health Check, com o fim dos incentivos à produção de cultivos energéticos. Há agora uma nova orientação no sentido de investir nos biocombustíveis de segunda geração, principalmente, reciclagem dos óleos vegetais e gordura animal, aproveitamento de subprodutos e resíduos da floresta e da indústria (por exemplo, a possibilidade de se desenvolver tecnologia para aproveitamento de triturado de alfarroba pode ser uma das opções para a produção de etanol em Portugal) e na produção de algas.

O desafio é saber como se equilibra uma política de abastecimento alimentar e energético com um paradigma tecnológico eficiente e efeitos positivos do ponto de vista ambiental e social.

Aposta na ciência reforçada com mais bolsas e contratos de investigação

A política para a ciência seguida pelo Governo do PS melhora as universidades, liga o conhecimento ao mundo empresarial e tem vantagens para a sociedade, que só pode andar para a frente e ter melhores salários com mais conhecimento. Esta a ideia sublinhada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na sessão de apresentação de um conjunto de novas medidas para o sector, onde destacou que o investimento público na área teve o maior crescimento desde o 25 de Abril.

PARA José Sócrates, no discurso proferido no passado dia 12, na Universidade de Aveiro, esta aposta fundamental no desenvolvimento científico e do conhecimento deve ser continuada e reforçada, sob pena de perder-se.

Neste sentido, anunciou a criação de cátedras convidadas nas universidades, o lançamento de bolsas para estudantes que se associem a centros de investigação durante a licenciatura, e a contratação de mais 500 doutorados.

Na ocasião, o chefe do Governo socialista frisou que, “pela primeira vez, este ano, cerca de 1% da riqueza nacional é afecto ao investimento na ciência”.

Depois, venceu que o Executivo, apesar de ter de fazer escolhas visando o reequilíbrio das contas do Estado, não só não afectou negativamente o investimento destinado à ciência, como o fez crescer.

“Hoje em dia, na economia global assente no conhecimento, nenhum país terá sucesso se não apostar no seu potencial científico”, disse, sustentando assim a “aposta na ciência num momento de contenção da despesa pública”, uma opção que corresponde a “uma visão política presente desde a campanha eleitoral com o Plano Tecnológico”.

Garantindo à comunidade académica a estabilidade da política que tem vindo a ser seguida, considerou que, face aos resultados alcançados, esta é “uma via sem retorno”.

“Depois de se conseguir integrar mais mil investigadores não acredito que alguém cometa a irresponsabilidade de voltar atrás”, observou, vincando a ideia de que o investimento público em ciência é uma forma de promover a economia e de gerar mais investimento privado.



Realçou também que em 2007 foi atingida a meta que havia sido definida para a legislatura e que Portugal formou nas suas universidades 1.500 novos doutores.

Doutorados bolseiros ganham direitos sociais

Já o ministro da tutela, Mariano Gago, explicou o conjunto de medidas para a ciência, correspondentes a um investimento de 400 milhões nos próximos três a cinco anos.

Destas, deu especial destaque

ao lançamento de cinco mil bolsas para estudantes com bom aproveitamento escolar que se queiram associar a centros de investigação durante a licenciatura, concluindo que se abre assim “uma nova via de reforço na renovação curricular dos primeiros anos das universidades portuguesas”.

A criação de 50 cátedras convidadas, financiadas pelo Estado e por empresas, foi outra das novidades apresentadas, tendo por objectivo “atrair investigadores de alto nível internacional”.

As duas primeiras cátedras, em

telecomunicações e em energias renováveis, foram formalmente criadas durante a cerimónia, mediante acordos celebrados entre a Universidade de Aveiro, a Nokia Siemens Network e a Martifer.

Mariano Gago salientou ainda a abertura de concurso para mais 500 doutorados, por contratos de cinco anos, continuando o “modelo transparente e de competição aberta para a selecção dos melhores, nacionais ou estrangeiros”, iniciado em 2007 com o concurso para mil doutorados.

De salientar que as medidas apresentadas no sentido de potenciar o desenvolvimento científico do país têm especial incidência na inserção profissional dos investigadores que fazem doutoramentos ou pós-doutoramentos.

De referir também que a integração de estudantes na investigação, através da celebração de contratos, lhes permite o acesso a direitos sociais que a tradicional atribuição de bolsas não confere, passando, nomeadamente, a terem assistência médica e a estarem inseridos no sistema de Segurança Social para efeitos de descontos e de reforma, e significando também passarem a sujeitar-se ao pagamento de impostos. M.R.

Vieira da Silva defende proposta laboral do Governo

PERANTE numerosa assistência, o dirigente socialista e ministro do Trabalho e da Solidariedade Social esteve em Tomar, no passado dia 14 de Maio, para participar numa sessão de trabalho sobre a reforma laboral.

Vieira da Silva fez uma pormenorizada explicação sobre a proposta apresentada pelo Governo junto dos parceiros sociais sublinhando o largo investimento social que as alterações defendidas pelo Executivo socialista à legislação laboral preconizam.

Colocando especial ênfase na questão dos pequenos e médios empresários, que no distrito de Santarém assumem particular destaque, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social frisou a importância da descida das participações para a Segurança Social, no caso dos trabalhadores que se encontrem em contratos sem termo, em contraponto, como sublinhou, ao aumento das mesmas para os contratos a termo.

Realçou também o facto de a proposta do Governo ir no sentido de distribuir a responsabilidade dos pagamentos à Segurança Social, no caso dos verdadeiros recibos verdes, entre o empresário e o profissional liberal, recordando que neste caso, o profissional em vez de ter que pagar, como até aqui, a totalidade da sua Segurança Social, ou seja 32%, “passará a pagar apenas 26%”, ficando o empresário que adquire o seu serviço “com a responsabilidade de ter que pagar 5%”.

Tal medida, defendeu ainda Vieira da Silva, visa desincentivar o sistemático recurso aos



recibos verdes, “quando o que de facto se trata é de uma prestação efectiva de trabalho”.

O ministro Vieira da Silva recordou ainda que só com medidas pecuniárias é possível inverter a actual situação que classificou de injusta.

No final do encontro vários participantes usaram da palavra para manifestarem o seu apoio a mais esta reforma do Governo, sublinhando a sua importância e lembrando que ela é proposta num momento internacional de alguma dificuldade económica, o que obriga, como foi defendido, a que todos “arreguem as mangas” e se “lançam ao trabalho”, de forma a garantir o emprego e o desenvolvimento económico do país.

Participaram também neste encontro em Tomar, entre outros, o presidente da Federação do Partido Socialista de Santarém, António Rodrigues, a presidente do Departamento Federativo das Mulheres, Anabela Freitas, o presidente da Concelhia do PS/Tomar, Hugo Cristóvão, e o coordenador do gabinete de estudos de Tomar, José Becerra Vitorino. R.S.A.

Metade dos alunos do secundário vão frequentar cursos profissionais em 2009

QUALIFICAÇÃO

NO ÂMBITO da aposta do Governo na qualificação, cerca de 50% dos alunos do ensino secundário em Portugal frequentarão cursos profissionais no próximo ano lectivo. O anúncio foi feito pelo secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, na sessão de abertura do Salão das Profissões, Formação e Emprego do Vale do Sousa, no Pavilhão de Exposições de Penafiel.

“Estamos a trabalhar para que os alunos possam sair das escolas para o mundo do trabalho levando consigo uma qualificação”, sublinhou.

No certame estiveram representadas as principais escolas da região, além de centros de formação, universidades, estruturas militares e outros organismos ligados à educação e formação profissional.

O secretário de Estado da Educação lembrou que Portugal, segundo a ONU, é o 26º país mais desenvolvido do mundo e só não está melhor posicionado porque apresenta um défice considerável na qualificação da sua mão-de-obra. “Apenas um terço da nossa população tem o ensino secundário”, frisou, adiantando que, neste contexto, “a educação é a primeira prioridade do país”.

Na sua intervenção, Valter Lemos sublinhou a atenção que tem sido dada pelo

Ministério da Educação na dinamização dos cursos profissionais nas escolas secundárias e dos cursos de educação/formação que têm contribuído para que, pela primeira vez em 15 anos, se tenha verificado este ano um aumento do número de alunos nas escolas portuguesas.

E sublinhou que os fundos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) afectos à qualificação, no âmbito do Programa Operacional de Potencial Humano, que tiveram um reforço de 27 para 36% face ao III Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Referindo que o país já tem cerca de 400 centros de Novas Oportunidades, asseverou que esse número terá de ser aumentado também através do apoio dos fundos da União Europeia, para fazer face às exigências de uma mão-de-obra pouco qualificada.

E reiterou que o Ministério da Educação mantém-se empenhado no desenvolvimento do Programa “Novas Oportunidades”, através do qual já foi possível, em dois anos, melhorar as qualificações de cerca de 100 mil adultos em todo o país.

“O nosso desafio tem sido cumprido com eficácia e de uma forma que o país se pode orgulhar”, afirmou, adiantando que neste momento estão inscritos nesses programas mais de 350 mil pessoas.

Visita à Venezuela foi êxito político e económico

Diversos acordos comerciais nas áreas da energia, da indústria agro-alimentar, da construção, da saúde e do turismo, bem como contactos directos com a comunidade portuguesa fizeram da visita do primeiro-ministro, José Sócrates, à Venezuela um êxito político e económico inquestionável.

MARY RODRIGUES

PARA o primeiro-ministro, o balanço da sua visita à Venezuela cumpriu os objectivos estabelecidos, uma vez que permitiu estreitar os laços de cooperação e o apoio à vasta comunidade de emigrantes residentes no país presidido por Hugo Chávez (600 mil portugueses).

Segundo Sócrates, “a nossa comunidade entendeu bem que o Estado português estará agora mais presente e com vontade de os ajudar”, manifestando em diversas declarações à Imprensa o seu agrado pela boa reputação que os cidadãos portugueses têm sabido construir e manter no seio da sociedade venezuelana.

“Nada mais agradável para um primeiro-ministro do que ouvir dos venezuelanos elogios à comunidade portuguesa, que é próspera, constituída por bons cidadãos, que trabalham para o desenvolvimento da Venezuela”, sublinhou Sócrates, para quem a meta económica da sua visita de três dias àquele que é hoje o quinto maior exportador de petróleo à escala global “foi plenamente alcançada”, já que Portugal passará a ter uma relação comercial com a Venezuela “que não tem paralelo nas últimas décadas”.

“Os acordos que foram assinados e as cartas de intenção rubricadas pelos dois países são de uma dimensão que não tem a ver com o passado”, sublinhou, recordando que Portugal exportava para a Venezuela no ano passado cerca de 17 milhões de euros. Os acordos recentemente assinados multiplicam “quase por dez essa relação”.

E, para além dos acordos, “há cartas de intenção sobre boas perspectivas de negócios, quer seja na construção civil, nas máquinas, equipamentos, ou na habitação”, frisou.

O primeiro-ministro salientou igualmente que o nosso país tem agora perspectivas de exportações para a Venezuela na ordem dos 500 milhões de euros.

“Temos acordos firmes na ordem dos 130 milhões de euros na área alimentar, 20 milhões na área da saúde e temos contratos na reparação naval. Estes contratos tornam a Venezuela num nível de cliente de Portugal que não tem paralelo nas últimas décadas”, vincou.

Também o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, António Braga, sublinhou o carácter estratégico e excepcional desta visita ao afirmar que ela “marcou um momento de viragem na concretização de um relacionamento bilateral entre Portugal e a Venezuela”.

“Acrescentou-se uma mais-valia ainda pouco quantificável e extraordinariamente importante para a comunidade portuguesa residente neste país da América do Sul”, reforçou, para de seguida explicar que “a proximidade das trocas comerciais que se estabeleceram implicam uma maior relação entre os dois governos e uma sistematização de encontros que se transporta também para um olhar relativamente à comunidade portuguesa que aqui vive e trabalha”.

À descoberta de novas oportunidades

Entre os dias 13 e 15 de Maio, o primeiro-ministro, José Sócrates, esteve na Venezuela acompanhado de vários ministros (Negócios Estrangeiros, Luís Amado, Economia, Manuel Pinho, e Obras Públicas, Mário Lino) e secretários de Estado (Comunidades, António Braga, Comércio, Fernando Serrasqueiro, e Turismo, Bernardo Trindade), bem como de cerca de 80 empresários portugueses, na sua maioria em representação de pequenas e médias empresas.

No último ponto da agenda da visita, e visando aumentar as relações económicas entre os dois países, falou em Caracas, para um milhar de empresários, durante um almoço organizado pela Câmara Venezuelano-Portuguesa de Comércio, Indústria e Turismo, ocasião em que salientou que “a melhor forma de ajudar a comunidade luso-venezuelana é ter uma maior presença portuguesa na Venezuela”, instando, por outro lado, os empresários a olharem também para as oportunidades existentes em Portugal.

Sócrates revelou ainda que expôs os anseios e reivindicações dos portugueses residentes, tendo recebido a confirmação de Hugo Chávez de que serão incluídos na listagem de produtos com acesso a dólares preferenciais para importação o bacalhau, azeite e produtos para a panificação.

Ao visitar o porto de La Guaira,



o primeiro-ministro procedeu à assinatura de uma carta de intenções que prevê a avaliação da proposta económica e técnica do projecto de ampliação deste equipamento, para determinar as possibilidades de adjudicar a execução da obra a um consórcio constituído por várias empresas portuguesas, empreendimento cujo valor estimado é de 500 milhões de euros.

Assinados acordos estratégicos

Sócrates e a comitiva que o acompanhou tiveram oportunidade de visitar, com o Presidente Chávez, a faixa petrolífera do Orinoco, a mais de 500 quilómetros a Sul de Caracas.

Nesta deslocação foi assinado um importante pacote de acordos energéticos entre a petrolífera portuguesa Galp e a venezuelana PDVSA para o desenvolvimento de dois projectos de liquefacção de gás natural e instalação de quatro parques eólicos com capacidade de 72 magawatts em três estados venezuelanos, no âmbito da qual se inclui também a transferência de tecnologia pela parte portuguesa e a prestação de serviços de formação e assistência técnica aos futuros operadores das infra-estruturas.

No seguimento desse pacote de acordos, a Galp comprometeu-se a comprar à PDVSA entre dois a quatro milhões de barris de petróleo por ano, a preços de mercado.

As duas petrolíferas vão também criar duas empresas mistas (nas quais a Galp terá 15%) com vista ao desenvolvimento de gasodutos e para a produção de gás natural.

A Galp comprometeu-se igualmente a comprar dois mil milhões de metros cúbicos por ano do gás natural que as duas empresas mistas venham a produzir.

Galp e PDVSA concordaram

ainda avaliar em conjunto o desenvolvimento, produção, melhoramento e comercialização no mercado internacional do petróleo proveniente do Bloco Boyacá 6, na Faixa Petrolífera do rio Orinoco.

Por seu turno, a EDP assinou três acordos com a petrolífera venezuelana nas áreas da energia eólica, geração térmica e gás.

Quanto à energia eólica, a EDP vai dar apoio do ponto de vista técnico e de transferência de energia aos trabalhos que a PDVSA tem nas Caraíbas.

A empresa portuguesa fará uma avaliação do projecto e, se a análise for positiva, terá um direito de opção ao nível do investimento.

Já com o acordo para a liquefacção e posterior comercialização de gás, a EDP passará a ter um dos três trens da PDVSA, entrando na exploração com uma percentagem entre 12 e 15%.

Em relação à energia térmica, a eléctrica nacional tem em vista a construção a prazo de uma central de ciclo combinado em conjunto com a PDVSA e vai apoiar esta empresa venezuelana num projecto para a destilação de um subproduto do petróleo.

Petróleo por alimentos

Nesta importante visita à Venezuela, o primeiro-ministro participou também num fórum promovido pelo “Diário Económico”, na inauguração do Hotel Pestana de Caracas, visitou uma exposição de tapeçarias portuguesas no Parque del Este, a leste da capital venezuelana, onde também recebeu representantes da comunidade portuguesa e apreciou um concerto da fadista Mariza.

O ponto alto da visita de José Sócrates à Venezuela deu-se, porém, logo no primeiro dia, quando assinou um acordo complementar

de cooperação com o Presidente Chávez que prevê que Portugal pagará em exportações cerca de um terço do total das importações que fizer de petróleo venezuelano.

O pagamento será feito directamente com produtos exportados por empresas nacionais, com especial destaque para produtos farmacêuticos e agro-alimentares (massas, leite em pó, óleo de soja, queijo em barra, conservas de sardinha e atum, peixe, azeite, margarina, bacalhau e carne), abrindo-se, desta forma, o caminho de muitas empresas nacionais para a exportação ao mercado venezuelano.

As transacções serão feitas através de um fundo aberto na Caixa Geral de Depósitos, onde a Galp pagará as importações de crude, mas também onde as empresas exportadoras portuguesas receberão o dinheiro das suas vendas à Venezuela.

Refira-se que a assinatura dos 21 acordos, seis cartas de intenção e de outros seis memorandos de entendimento aconteceu após Sócrates e Chávez se terem encontrado no palácio presidencial de Miraflores e de uma cerimónia no Panteão Nacional, na qual o primeiro-ministro português colocou uma coroa de flores no memorial de Simón Bolívar, herói nacional venezuelano, libertador de seis países da América do Sul.

De seguida participou na sessão de abertura da exposição “Portugal na Venezuela 2008”, onde também se procedeu à assinatura de acordos bilaterais de natureza económica.

Na inauguração do VII Encontro de Gerações – seminário sobre “O papel dos clubes e dos centros portugueses na comunidade” – Sócrates pediu aos portugueses radicados em Caracas que tenham mais confiança na Venezuela, desafiando os empresários portugueses a ter mais presença económica neste país latino-americano.

Deputados socialistas saudam Estatuto Político-Administrativo

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) realizou em Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, nos Açores, nos dias 26 e 27 de Maio, as suas jornadas parlamentares centradas no apoio à autonomia regional e à política do Governo de Carlos César em ano de eleições naquela região autónoma.

COMO afirmou Alberto Martins, líder da bancada do Grupo Parlamentar do PS, logo no início dos trabalhos, a escolha dos Açores para a realização destas jornadas parlamentares, justificou, entre muitas outras razões, porque “nos queremos associar publicamente à aprovação do novo Estatuto Político-Administrativo da região”, documento já aprovado na generalidade e que se encontra agora em vias de aprovação final global.

O novo estatuto Político-Administrativo dos Açores foi aliás um dos assuntos que mereceu particular interesse durante estas jornadas parlamentares, sobretudo porque o novo regulamento vem consagrar um reforço do poder legislativo da região e estabelecer, em paralelo, e, pela primeira vez, a prevalência da legislação regional sobre a nacional.

A autonomia regional dos Açores foi objecto de uma reflexão de Alberto Martins, que defendeu que ela oferece um “belo exemplo” da construção de uma sociedade assente num desenvolvimento sustentável, equitativo e democrático. O que foi possível alcançar nos últimos 12 anos sob a governação do PS, disse ainda o presidente do GP/PS, no que respeita ao reforço e aprofundamento da autonomia e à construção de uma sociedade mais coesa, solidária e inclusiva, é algo que “honra o Partido Socialista e a sua história”.

Para Alberto Martins, contudo, o ciclo de desenvolvimento iniciado em 1996, com a liderança Carlos César, “exige continuação”, pelo que diz não ter dúvidas de que o PS voltará a merecer nas eleições que se avizinham “o apoio dos açorianos” de modo a que se possa aprofundar “ainda mais” a estratégia de coesão social e territorial, melhorando e avançando “nos princípios democráticos da autonomia” e no respeito pelos “padrões que a ética republicana exige”.

O novo Estatuto, na sua opinião, valoriza as competências políticas e legislativas dos órgãos de governo próprio das regiões, para além de abrir “um novo paradigma de competências no quadro dos poderes legislativos regionais”, e ainda, por que se extinguem “os conceitos de lei geral da República e de interesse específico”, reforçando-se a vertente parlamentar do sistema de governo ao deslocar para a Assembleia Legislativa a tomada de posse do Executivo regional e ao extinguir a figura de

Ministro da República.

Para além destas alterações, lembrou ainda Alberto Martins, passam a caber ao parlamento dos Açores “reforçados poderes de fiscalização do Governo e da Administração Regional”, para além da possibilidade de apresentar propostas de referendo regional.

Maioria socialista está coesa

No plano nacional, Alberto Martins afirmou que a maioria parlamentar socialista continua coesa, participativa e à altura das suas responsabilidades, lembrando que no âmbito legislativo o quadro das leis da República aprovadas até 22 de Maio “é muito claro”, porque num total de 195 leis aprovadas, 27% foram-no por unanimidade e apenas 15% obtiveram o voto exclusivo da bancada socialista.

Isto significa, na perspectiva do líder parlamentar do PS, que em três anos de Governo, as oposições contribuíram para a viabilização de 85% das leis aprovadas, facto que vem desmentir, como defendeu, “a suposta tese do rolo compressor da maioria” ou a ideia de uma pretensa posição ortodoxa da maioria absoluta.

Os socialistas têm absoluta consciência de que a mudança social e individual necessita de uma “democracia de qualidade e de um sistema político modernizado”, sublinhando a propósito que as sociedades mais democráticas se adaptam melhor à mudança, “por serem mais flexíveis, mais



responsáveis e sensíveis à própria mudança”.

Para Alberto Martins, o reforço de qualidade da democracia portuguesa tem que continuar o seu caminho reforçando a credibilidade do Estado e do sistema político, nomeadamente “colocando os sistemas de Justiça e de Segurança ao serviço de uma cidadania activa, plena e emancipada”.

Depois de enumerar o conjunto vasto de iniciativas legislativas aprovadas, Alberto Martins acrescentou ainda que o PS foi pela primeira vez na história da democracia portuguesa, o único partido com maioria absoluta no Parlamento, que foi capaz de tomar a iniciativa de reformar o regimento no sentido de diminuir os seus

próprios poderes de intervenção.

Com esta iniciativa, disse, foi possível potenciar a capacidade das oposições no sentido de melhor fiscalizarem as acções do Governo, nomeadamente no que respeita aos direitos potestativos, ou ainda reforçando a presença do primeiro-ministro e do Governo no plenário e nas comissões, com novos e mais frequentes debates, tudo isto, como referiu, “em nome de uma democracia mais forte, mais coesa e equitativa”.

Para o líder parlamentar do PS, a luta pela justiça social, contra a pobreza e contra o aumento das desigualdades sociais “deve continuar a merecer absoluta centralidade” nas preocupações dos socialistas, lembrando o conjunto de iniciativas já

lançadas pelo Governo em matérias tão importantes como as novas gerações de políticas sociais, caso do rendimento social de inserção, o complemento solidário para os idosos, o subsídio de desemprego para trabalhadores vinculados por contrato administrativo de provimento e por contrato individual de trabalho, a interrupção voluntária da gravidez, a procriação medicamente assistida, a criação recente do abono pré-natal, o subsídio social de maternidade, a duplicação da dedução fiscal para os filhos até aos três anos, passando pelo aumento do salário mínimo nacional, entre tantas outras iniciativas destinadas a apoiar os mais desfavorecidos ou as famílias com maiores carências.

AÇORES PROSSEGUE CRESCIMENTO EM CONTRACICLO

A LINHA programática mais importante para os Açores é a da “consolidação e sustentabilidade da economia que na região cresceu acima da média nacional e europeia”, defendeu o presidente do Governo regional e líder dos socialistas açorianos, Carlos César.

“O nosso crescimento é um incentivo ao aperfeiçoamento das medidas e iniciativas para que o ritmo económico sustente o conjunto de competências que ganhamos na recente revisão do Estatuto Político-Administrativo”, sublinhou o governante regional, afirmando-se empenhado em desenvolver “uma economia sólida, que gere empregos e dinamize as ilhas, em especial as mais pequenas, para tornar a sociedade açoriana mais competitiva”.

Apontando que os Açores precisam de “maior



dinamismo para poder ombrear com as diferentes regiões europeias”, César disse também que “a crise que se vive ainda não afectou a região de forma significativa”, uma vez que esta “tem conseguido

manter o crescimento e aumento de postos de trabalho em contra-ciclo”.

Carlos César revelou ainda que estão pendentes para apreciação e em negociação “mais 1.200 milhões de euros de investimento externo”, sobretudo nacional.

“É nisso que apostamos”, frisou, apelando depois a que “haja paciência” porque, defendeu, “só recentemente a região abriu a sua economia ao exterior”.

“O turismo que na Madeira tem dois séculos nos Açores só foi impulsionado, do ponto de vista estatístico, já nos anos noventa e pelo meu Governo”, lembrou, acrescentando a finalizar que “estas questões levam tempo, por vezes mais de uma década, mas já está a acontecer ainda que de forma progressiva”.

am o novo o dos Açores



dever profissional de sigilo, até agora existente, pelo dever de informação ao cidadão, acrescentando que, com o novo diploma, põe-se cobro aos “resquícios” que “cheiram a mofo não democrático” como o dever dos funcionários públicos de denunciar infrações de colegas.

Depois, criticou os “problemas de memória” de Manuela Ferreira Leite, lembrando à candidata à liderança do PSD que não é de agora que o Governo do PS aposta em medidas de apoio social.

“Ao contrário da direita, o PS aposta na consolidação das contas públicas e nas políticas sociais ao mesmo tempo”, afirmou, ressaltando além disso que, ao contrário de outros, “o Executivo socialista nunca considerou que as políticas sociais apenas devem ser desenvolvidas apenas num cenário de conjuntura difícil”.

Continuar o rumo e confiar nos portugueses

Por sua vez, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, fez também eco de uma atitude ponderada e responsável ao admitir que a nova situação de conjuntura económica desfavorável “pode implicar que alguns objectivos que tínhamos no horizonte precisem de mais tempo para ser alcançados”.

No último dia das jornadas, Silva Pereira indicou que estas metas serão atingidas, mas para isso será preciso “continuar no caminho, no rumo certo”.

Numa intervenção centrada no tema da coesão social e territorial, o governante explicou que será necessário “puxar pela economia, não desistindo dela” e “confiar nos portugueses”.

Quanto à coesão social propriamente dita, o ministro da Presidência enfatizou que o Governo não tem maior preocupação que o problema do emprego, recordando que, em três anos de administração socialista, a economia portuguesa criou 97 mil novos empregos, 56 mil dos quais no último ano.

“O Governo anterior tinha perdido 37 mil empregos em termos líquidos”, lembrou.

No capítulo dos problemas da pobreza, Silva Pereira assegurou que o Governo não os escamoteia, tal como não o faz com os problemas da desigualdade, até porque – disse – “a realidade toda é para ser dita e conhecida”.

Aliás, citando o índice de risco de pobreza relativos a 2006, de 18%, referiu que dois anos antes este indicador estava nos 20%, para logo concluir que “a realidade dos números revela que o risco de pobreza em Portugal tem vindo a diminuir e não a aumentar”.

Face à situação internacional de grave crise, no primeiro dia de trabalhos das Jornadas Parlamentares, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, desaconselhou atitudes precipitadas e de “efeito imediato fácil” que possam dar sinais errados face às actuais incertezas.

Medidas de efeito imediato fácil podem dar sinais errados

“As medidas de efeito imediato fácil apenas servem para sobrecarregar a despesa e outros contribuintes e podem dar sinais errados disfarçando a conjuntura”, afirmou Santos Silva, numa intervenção em que também defendeu que “o PS é a única força política capaz de dar esse indispensável penhor de responsabilidade e confiança”, distinguindo-se das “demagogias e populismos” e do “catastrofismo e tremendismo político”.

E considerou que, não obstante as novas incertezas da conjuntura, “Portugal está hoje melhor preparado para enfrentar as dificuldades económicas”.

Assim, declarou que é preciso continuar a apostar em medidas de reforço do investimento privado e de apoio social.

Recordando algumas das reformas que o Governo tem vindo a implementar, o ministro dos Assuntos Parlamentares destacou particularmente a reforma da Administração Pública, nomeadamente o novo Estatuto Disciplinar que será discutido na Assembleia da República a 6 de Junho.

A título exemplificativo, Augusto Santos Silva referiu a substituição do

Prosseguir o bom rumo para enfrentar dificuldades



O Governo do PS não vai ceder à facilidade nem à demagogia face às dificuldades que Portugal atravessa e vai enfrentá-las com determinação, mantendo o bom rumo traçado. Esta a garantia deixada pelo primeiro-ministro líder socialista, José Sócrates, ao encerrar, em Angra do Heroísmo, no passado dia 27 de Maio, as Jornadas Parlamentares do GP/PS.

SEM deixar de manifestar “total compreensão” pelos problemas causados às pessoas com a alta do preço dos combustíveis derivada da subida galopante do preço do petróleo, José Sócrates sublinhou que “é precisamente nos momentos difíceis que é preciso mais firmeza no rumo”, defendendo de seguida que “o dever do Governo é utilizar a margem de manobra que consegue para ajudar os sectores mais frágeis”.

Garantindo estar “habituaado às dificuldades”, uma vez que nunca teve “um período de governação que fosse fácil ou simples”, Sócrates lembrou as medidas sociais que o Executivo do PS tem implementado desde a tomada de posse em 2005, reiterando que o combate às desigualdades é “uma questão vital para os socialistas”.

E criticou a direita por ter tido “o máximo descaramento” de explorar o relatório da União Europeia divulgado recentemente sobre a situação social do país, escondendo que se tratava de um documento baseado em dados de 2004 e, portanto, “uma verdadeira sentença transitada em julgado da sua própria governação”, vincando igualmente que quando o Executivo socialista tomou posse, não só enfrentou o problema do défice excessivo, como também encontrou uma situação social muito desequilibrada.

“Foram três anos de governação orientados pelo rigor, para pôr as contas públicas em ordem, mas o Governo sempre teve a possibilidade de canalizar recursos financeiros para minorar as desigualdades e acudir os grupos mais frágeis”, afirmou.

Depois, o primeiro-ministro rejeitou claramente a proposta de uma candidatura à liderança do

PSD para que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) deixe de ser universal e gratuito, lembrando que se trata de um sistema que representa uma “arma contra as desigualdades”.

“Queremos um SNS que sirva todos por igual, que todos tenham acesso ao mesmo”, frisou, colocando também de parte a privatização de parte da Segurança Social, como defendeu Pedro Passos Coelho.

“Querem um regime social obrigatório privado, criar um limite a partir do qual as contribuições sejam entregues para os caprichos da bolsa”, criticou, insistindo na necessidade de uma “segurança social pública, mas eficiente, ao serviço da igualdade”.

No seu discurso de encerramento das Jornadas Parlamentares do GP/PS sobre as temáticas das autonomias regionais, o secretário-geral declarou que o mínimo que os socialistas esperam do camarada Carlos César, presidente do Governo Regional, é uma vitória nas eleições regionais açorianas de Outubro próximo.

Deixando elogios “à governação competente” de Carlos César, José Sócrates reconheceu que ao escolher a ilha Terceira para estas jornadas, os socialistas quiseram assinalar “o orgulho” que têm na competência do também líder do PS/Açores.

“Viemos encorajar-te para as eleições, deixar uma palavra de ânimo, força”, afirmou, considerando que “se houver justiça” César irá renovar o seu mandato à frente do Executivo açoriano nas eleições regionais.

Maior exigência e prestígio para a Função Pública

De seguida, congratulou-se com o “bom acordo” assinado entre o

Governo nacional e os sindicatos, no âmbito da reforma da Administração Pública, considerando que esse entendimento instituiu um “clima de maior exigência e mais prestígio”.

Refira-se que a Frente Sindical da Administração Pública (FESAP) e o Sindicato dos Quadros de Estado (STE) assinaram no passado dia 27 com o Executivo os últimos diplomas que encerram o processo de reforma dos serviços do Estado relativos às carreiras e remunerações e ao contrato de trabalho em funções públicas.

Classificando esta reforma como “a mais ambiciosa e profunda que se fez desde o 25 de Abril”, Sócrates recordou algumas das alterações introduzidas, como a simplificação de todo o sistema de carreiras ou o novo contrato de funções públicas.

“É uma reforma que traz uma nova realidade modernizadora”, enfatizou, para de imediato aludir, perante os deputados socialistas, à reforma da legislação laboral que está a ser negociada em sede de concertação social.

Neste capítulo, o primeiro-ministro destacou o “combate à precariedade” que o Governo pretende fazer, incentivando os contratos sem termo e limitando os contratos a prazo.

“É uma mudança estrutural do código laboral contra o trabalho precário”, declarou, criticando aqueles que dizem que as propostas do Executivo do PS representam “um incentivo à precariedade”.

Aliás, acrescentou, “além de defender o trabalhador, a proposta do Governo quer também defender as empresas, nomeadamente através da possibilidade de haver uma maior flexibilização dos horários de trabalho”.

Conclusões das Jornadas Parlamentares do GP/PS

ANGRA DO HEROÍSMO - 27 DE MAIO DE 2008

O GRUPO Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com o desenvolvimento que o povo açoriano conheceu com a governação do PS e de Carlos César nos Açores.

As jornadas evidenciaram o bom relacionamento entre os Grupos Parlamentares do Partido Socialista na Assembleia da República e na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que foi decisivo para o bom desfecho que se avizinha do processo legislativo da revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Sublinhe-se que, historicamente, os mais relevantes avanços autonómicos se registaram com o anterior Presidente da República e quando o Partido Socialista exerceu responsabilidades de poder, no Governo da República e/ou na Região Autónoma dos Açores, designadamente o impulso decorrente da revisão constitucional de 2004, a nova lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região, mais proporcional com o círculo regional de compensação, com a Lei das Finanças Regionais que consagra um regime solidário de discriminação positiva, e, muito brevemente, com a aprovação em votação final global da revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

O novo estatuto valoriza as competências políticas e legislativas dos órgãos de governo próprio das regiões. Para além de um novo

paradigma de competências no quadro dos poderes legislativos regionais, extinguem-se os conceitos de Lei Geral da República e de interesse específico.

E, ao encontro do aprofundamento da democracia participativa, releve-se a consagração do direito de iniciativa legislativa e referendária dos cidadãos, assim como do direito de petição aos órgãos de governo próprio da Região.

Sublinhe-se ainda a introdução, por iniciativa de Carlos César, da limitação de número de mandatos do presidente do Governo Regional, recriando o princípio republicano da renovação dos cargos políticos, inscrito na Constituição da República.

Porque, na verdade, os Açores têm percorrido uma trajetória admirável de aproximação aos padrões nacionais e mesmo europeus. O que aqui tem sucedido é a história da elevação progressiva e consistente dos níveis de riqueza e bem-estar, realizando-se de forma socialmente justa e territorialmente coesa, dando-se um contributo para o combate às desigualdades entre as várias regiões do todo nacional, e, claro está, dentro do próprio arquipélago. Porém, estamos a meio de um caminho que tem de ser percorrido resolutamente.

E por isso o Grupo Parlamentar do PS faz votos para que nas próximas eleições

regionais os açorianos renovem a sua confiança nas opções políticas dos socialistas, dando um inequívoco apoio ao PS/Açores e ao seu líder.

Com a bem sucedida autonomia regional açoriana aprendemos uma lição importante para todo o país. A notável aproximação dos indicadores regionais de desenvolvimento com a média nacional é a história de um enorme salto, mas também a de um trajecto de desenvolvimento que está a meio e que deve, por isso, continuar, com persistência e empenho de todos.

O Grupo Parlamentar do PS reunido na Ilha Terceira, para além da agenda fixada, debateu as questões da actualidade, designadamente a grave crise internacional, a alta dos combustíveis, das matérias-primas e dos produtos alimentares, aliada à repercussão da crise financeira internacional sobre, por exemplo, as taxas de juro, e a suas consequências na vida das pessoas e na economia nacional.

Nessa medida foram discutidas as diferentes alternativas de resposta política a estas questões colocadas em cima da mesa tanto pelos socialistas, como pelas oposições, tendo-se concluído que o Governo tem vindo a actuar a tempo, com sentido de justiça, de forma a atenuar os efeitos perniciosos da crise junto dos mais des-

favorecidos, ao mesmo tempo que induz a alteração de padrões estruturais no que respeita à economia. Uma boa resposta política à situação difícil em que nos encontramos tem que equilibrar coesão social e territorial, alívio conjuntural e solução estrutural.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista afirma que o caminho traçado desde o início da Legislatura pelo Governo tem sido bem sucedido e que corresponde à concretização de um desígnio político, de uma visão da sociedade e de um modelo estratégico de desenvolvimento que não pode neste momento conjuntural ser posto em causa, pelo contrário. É nos momentos difíceis, e nas diversas repostas às dificuldades, que a natureza das opções políticas melhor se percebem as diferenças entre umas e outras e o empenho de cada um.

O PS no Governo, agora como sempre, responde casando o crescimento da economia com a criação de emprego, a coesão social com a coesão territorial.

Não usamos a sensibilidade social na lapela ao domingo. No Governo, na oposição, no passado, agora e no futuro, a preocupação social é a nossa identidade, a nossa matriz, como mostraram as numerosas e diferentes intervenções dos participantes nas jornadas.



“É preciso dotar o concelho de bons acessos aos principais eixos rodoviários”

ENTREVISTA A EDUARDO BRITO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SEIA

A Câmara de Seia tem concentrado a sua acção no emprego, no acesso a melhores cuidados de saúde, no combate às desigualdades sociais e no ambiente, afirmou Eduardo Brito, salientando que neste final do mandato os resultados são “francamente positivos”.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da autarquia sustenta ainda que “é preciso dotar o concelho de bons acessos aos principais eixos rodoviários”, considerando que só com estes acessos é possível combater o desemprego e a desertificação.

Quais as principais iniciativas que a câmara tem levado a cabo neste mandato?

A Câmara Municipal de Seia escolheu para este mandato quatro áreas prioritárias de intervenção: o emprego, o acesso a melhores cuidados de saúde, o combate às desigualdades sociais, principalmente na área da habitação, e as questões relacionadas com o ambiente.

Temos, por isso, concentrado a nossa acção nestas áreas, e podemos dizer, agora que estamos na recta final do mandato, que os resultados são francamente positivos.

Que projectos mais relevantes estão programados até ao final do mandato?

Até ao final do mandato vamos ainda construir dois modernos Centros Escolares, alargar a rede de equipamentos culturais, com destaque para o Museu Natural da Electricidade e continuar o esforço de recuperação de habitações pertencentes a famílias com baixos rendimentos económicos.

Como é que o município, do ponto de vista turístico, tem valorizado o seu património?

O município dispõe principalmente de um valiosíssimo património paisagístico. Estamos inseridos numa área de paisagem protegida, que é o Parque Natural da serra da Estrela e que é simultaneamente o ponto mais alto de Portugal. É em torno da valorização deste património, preservando-o e divulgando-o que estamos a desenvolver o nosso trabalho.

Neste aspecto queremos destacar o CISE – Centro de Interpretação da Serra da Estrela, moderno e inovador equipamento de carácter científico que assume um papel de liderança na defesa, promoção e divulgação dos valores e características de todo o património humano e natural que formam a Serra da Estrela.

A câmara lançou um roteiro turístico das Aldeias de Montanha em redor do maciço central da serra da Estrela. Qual o objec-

tivo deste projecto?

O objectivo deste roteiro das Aldeias de Montanha é dar a conhecer uma parte da Serra da Estrela, que até ao momento não tem sido tão divulgada e que possui belezas naturais extraordinárias e pessoas de grande qualidade humana.

De que forma a autarquia, no âmbito das suas competências, tem procurado travar a desertificação e fixar a população mais jovem?

O combate à desertificação é uma luta que uma câmara não pode fazer sozinha, é preciso políticas governamentais que ajudem nessa tarefa. No entanto, estamos a criar condições para que surjam novas iniciativas empresariais. Possuímos um moderno parque empresarial e estamos a lançar um projecto de empreendedorismo jovem capaz de atrair novas iniciativas.

A câmara tem alguns projectos em carteira que possam beneficiar dos fundos comunitários, no âmbito do QREN?

A Câmara Municipal de Seia vai apresentar os seus projectos no âmbito da NUT da Serra da Estrela e possuímos um conjunto de projectos em vários sectores de actividade: ambiente, infra-estruturas, requalificação urbana e ambiental, entre outros, que estão estimados em cerca de 40 milhões de euros.

Como avalia a actuação do Governo no que respeita ao concelho de Seia?

Apesar de reconhecermos que o Governo liderado pelo eng. José Sócrates está a resolver alguns problemas importantes que preocupavam o concelho de Seia, com destaque para a saúde (o novo hospital está na recta final de construção), é preciso fazer mais. É preciso dotar o concelho de Seia de bons acessos aos principais eixos rodoviários. Só com estes acessos é possível vencer as dificuldades que atravessamos: emprego e desertificação.

O que mais o motiva na sua



“Estamos a criar condições para que surjam novas iniciativas empresariais. Possuímos um moderno parque empresarial e estamos a lançar um projecto de empreendedorismo jovem capaz de atrair novas iniciativas”

actividade de autarca?

O poder contactar com os problemas reais das pessoas, o poder executar uma política de proximidade com os cidadãos, que é isso que fortalece a democracia e a actividade política.

Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?

Embora reconheçamos que o rigor deve marcar a actividade autárquica, a actual Lei das Finanças Locais é muito penalizadora para os concelhos do interior do país. Devem, por isso, ser criadas novas condições legais que promovam a coesão territorial.

Lei proíbe cobrança de taxas associadas aos contadores

O SECRETÁRIO de Estado da Defesa do Consumidor considerou ilegal a aplicação pelos municípios de uma taxa de disponibilidade de serviço como forma de compensar a perda do aluguer do contador.

Para Fernando Serrasqueiro, se esta medida for para compensar a perda do aluguer do contador, ainda que de forma camuflada, trata-se, como defendeu, de uma medida que “manifestamente vai contra o espírito da lei”, mas se eventualmente a ideia é outra, “tem então que ser justificada”, em função dos objectivos que diz prosseguir, como a construção, conservação ou manutenção dos sistemas públicos.

No caso de dúvidas, acrescenta ainda o secretário de Estado, os consumidores têm todo o direito de reivindicarem o cumprimento da lei, recorrendo, se necessário, quer a “uma acção popular”, quer socorrendo-se, como alternativa, da ajuda dos “centros de arbitragem de conflitos”.

Na opinião do responsável pela Defesa do Consumidor tem é de haver uma posição razoável entre a taxa e os serviços a financiar, porque se for apenas uma “mera troca de nome, sem justificação económica”, diz ainda Fernando Serrasqueiro, “pode haver dúvidas face à legislação que foi produzida”.

PS de Paços de Ferreira exige cumprimento da lei

Os vereadores socialistas da Câmara Municipal de Paços de Ferreira apresentaram uma proposta em reunião de câmara, onde



requerem o fim da cobrança, por parte da empresa privada de água e saneamento, das tarifas de disponibilidade.

Paulo Ferreira e Ricardo Pereira, vereadores socialistas na edilidade de Paços de Ferreira, levaram à discussão camarária uma proposta lembrando que a lei 12/2008 de 26 de Fevereiro, que entrou em vigor no passado dia 26 de Maio, cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger os utentes de serviços públicos essenciais.

Nomeadamente, recordam, a nova lei proíbe a imposição e a

cobrança de consumos mínimos, assim como a cobrança aos utentes de qualquer importância a título de preço, aluguer, amortização ou inspecção periódica de contadores ou outros instrumentos de medição dos serviços utilizados.

Perante as novas regras legais, defendem os eleitos do PS, não restam dúvidas, “no que ao serviço de água e saneamento diz respeito”, que está proibida a cobrança de taxas relacionadas com o aluguer de contador, “bem como qualquer outra de efeito equivalente, independentemente da designação utilizada”.

Assim, “e vivendo nós num Estado de Direito”, dizem os vereadores do Partido Socialista, naturalmente que a empresa privada de água e saneamento de Paços de Ferreira, assim como a própria Câmara Municipal “não deixarão, por certo, de cumprir e de fazer cumprir a lei”, pelo que, acrescentam, a cobrança da tarifa de disponibilidade constante das facturas da empresa privada de água e saneamento de Paços de Ferreira, “deverá cessar e consequentemente os utentes deste serviço terão de ver a sua factura mensal ser reduzida”. R.S.A.

TRÊS PERGUNTAS A RENATO SAMPAIO

Porque é que a lei não permite a cobrança de taxas associadas a contadores para serviços públicos essenciais?

Porque as taxas por aluguer de aparelhos de medição ou outras equivalentes dos serviços prestados aos consumidores devem dar responsabilidade dos prestadores de serviço em especial dos serviços públicos essenciais que são um direito dos cidadãos de ter esses serviços para garantir a sua qualidade de vida

Se esta taxa é para compensar a perda do aluguer do contador, as câmaras municipais têm algum argumento de peso a seu favor?

O que a Associação de Municípios deveria fazer era incentivar as câmaras municipais a terem uma gestão mais eficaz das redes, que hoje apresentam perdas na ordem dos 50 por cento em vez de arranjam formas de contornar a lei aprovada no Parlamento por unanimidade, que é uma lei justa para os consumidores em que as câmaras municipais não têm um argumento de peso para a contrariar, a não ser uma captação injusta de receitas

Como devem proceder os consumidores face ao pagamento de uma taxa camarária pelo seu contador?

Os consumidores devem proceder conforme a lei. Recorrer às associações de Defesa do Consumidor, à Direcção-Geral de Defesa do Consumidor e aos Tribunais Arbitrais.

Presidente da Câmara de Baião foi junto da população para lhe prestar contas

BAIÃO

“IR AO encontro dos cidadãos e informá-los sobre o que tem sido a acção da Câmara Municipal e a forma como o bem público tem sido gerido no concelho”, foram os objectivos que levaram o presidente da Câmara Municipal de Baião, José Luís Carneiro, a ir ao encontro dos seus munícipes para lhes prestar contas.

A iniciativa, inédita a nível nacional, pretendeu dar a conhecer à população o relatório de gestão e a conta de gerência – documentos que constituem a chamada prestação de contas, que todos os anos é apreciada e votada, nas reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal.

Foi abordada a acção da autarquia em áreas como a Economia, Educação, Cultura, Desporto, Acção Social, Obras Públicas e Urbanismo, entre outros. Depois da apresentação de José Luís Carneiro, tanto o



autarca como os restantes três vereadores do Executivo camarário, como ainda os serviços contabilísticos e financeiros da autarquia responderam às questões que o público lhes colocou.

“Pela experiência que temos tido, as questões da governação raramente saem das quatro paredes do Salão Nobre dos Paços do Concelho, o que leva a que as pessoas, infelizmente, não andem informadas”, referiu José Luís Carneiro, salientando ser igualmente importante inculcar “hábitos democráticos e de participação cívica” na população. “Desejo que no futuro, quando eu sair desta câmara, a população possa exigir que ninguém lhe esconda nada”, acrescentou.

As prestações de contas tiveram lugar nas três principais freguesias do concelho, onde vive a maioria da população: Campelo, que é a sede do concelho; na vila de Santa Marinha do Zêzere, o maior núcleo populacional; e ainda na Freguesia de Ancede.

Socialistas e jornalistas debateram relação do poder político com a Comunicação Social

Com a presença dos deputados António José Seguro e Miguel Laranjeiro

ORGANIZADO pela Comissão Política de Amares do Partido Socialista, teve lugar, no passado dia 12 de Maio, um debate sobre comunicação social, política e poder.

No encontro, realizado nas instalações do auditório da Junta de Freguesia da vila termal de Caldelas, participaram, para além de muitos políticos locais do PS, os deputados António José Seguro e Miguel Laranjeiro, assim como vários especialistas ligados à temática da Comunicação Social.

Personalidades como Carlos Aguiar Gomes, colaborador do jornal "Diário do Minho", "Rádio Clube", "Rádio Renascença" e "Voz do Minho" e Luísa Teresa Ribeiro, coordenadora-geral da redacção do "Diário do Minho", especialista em jornalismo impresso e ex-docente de jornalismo na Universidade do Minho, entre outros, debateram com os responsáveis socialistas a importância dos diferentes meios de comunicação social, tendo em conta a relação de poder entre si e dos jornais com os outros poderes



instituídos, designadamente com o poder político.

O encontro, como salientaram diversos participantes, adquiriu uma verdadeira dimensão suprapartidária e de interesse geral, de tal modo que os cerca de cem lugares sentados resultaram demasiado escassos para a muita gente que acorreu e participou nesta iniciativa, acabando mais de uma dezena de pessoas por ter de ficar de pé.

Uma das ideias a que vários oradores se referiram diz respeito à importância da liberdade de imprensa, tendo contudo alguns intervenientes defendido que este imperativo democrático e constitucional, "nem sempre é respeita-

do na íntegra por muitos meios de comunicação social", algo que, sublinharam, não acontece em exclusivo em jornais, rádio ou televisão, mas um fenómeno detectável e extensível igualmente a muitas outras áreas, porque "há quem cumpra bem e quem cumpra mal a sua missão", constituindo por isso um erro, como foi defendido, "quando se generaliza ou se cai no maniqueísmo e na diabolização".

O evento, que foi saudado por todos os participantes como um grande sucesso a exigir a prossecução de sessões de idêntico teor, terminou muito depois da hora marcada com a animação necessária para continuar noite dentro. **R.S.A.**

Deputados do PS visitaram concelho do Sardoal

COM o objectivo de tomar um contacto mais profundo com a realidade local, os deputados do PS eleitos pelo distrito de Santarém Nelson Baltazar, Sónia Sanfona, António Gameiro e Nuno Antão visitaram no passado dia 19 de Maio o concelho do Sardoal acompanhados pelo presidente da Concelhia socialista, Fernando Vasco.

A visita iniciou-se com uma audiência com o presidente da edilidade, em que se analisaram diversos indicadores socioeconómicos do concelho, seguindo-se depois uma reunião com o director do Centro de Saúde do Sardoal, onde foram abordados os principais problemas da saúde no concelho, designadamente a ausência de um médico de clínica geral há vários meses, situação que será resolvida em breve através de um concurso aberto especialmente para resolver esta necessidade.

Esta iniciativa teve um dos seus pontos altos na participação dos deputados num almoço de trabalho com os militantes, autarcas e simpatizantes socia-



listas, onde foram debatidas as principais preocupações da política concelhia de oposição ao Executivo camarário do PSD.

De tarde, a jornada de trabalho iniciou-se com uma deslocação ao maior empregador privado do concelho, a empresa de metalomecânica JM Tavares Lda., com sede na aldeia de Andreus, onde foi salientada a dificuldade de obtenção de mão-de-obra qualificada para esta área de actividade no mercado de trabalho.

Os deputados socialistas visitaram ainda a Cooperativa "Artelinho", em Alcaravela, composta por 73 cooperantes femininas, que se dedica à produção artesanal de bordados, colchas e panos de linho e ainda

de produtos à base de vimes e a doçaria e panificação caseira.

Segundo os deputados do PS, esta unidade que tem algumas cooperantes de idade avançada, "é um autêntica escola da vida, que urge que o Estado apoie a sua preservação".

No final, os deputados socialistas deram uma conferência de Imprensa, na barragem da Lapa, onde foi feita uma síntese da visita ao concelho do Sardoal. Na ocasião, o presidente da Concelhia do Sardoal aproveitou para anunciar que "se o PS merecer a confiança dos sardoalenses nas próximas eleições autárquicas, o presidente eleito cessará o acordo, ainda não executado, com as Águas do Centro e proporá um protocolo com a Câmara de Abrantes, no sentido do concelho do Sardoal passar a ser abastecido pela rede de água proveniente do Castelo de Bode" e ainda que "a barragem da Lapa será aproveitada como zona de lazer, alternativa à barragem de Castelo de Bode, com a implementação de um grande projecto turístico".

OPINIÃO



LÚCIO FERREIRA
Deputado do PS

Os recursos biológicos do mar carecem, para sua salvaguarda, que não fiquem ao dispor exclusivo de qualquer Estado-membro, dada a necessidade da sua constante monitorização e protecção

A POLÍTICA COMUM DE PESCAS E A ALEGADA PERDA DE SOBERANIA NACIONAL

Recentemente assistimos, em plena Sessão Plenária da Assembleia da República, em debate com o primeiro-ministro sobre a ratificação do Tratado de Lisboa, a uma repetida acusação, proferida pelo secretário geral do PCP, de que Portugal perdeu soberania nacional sobre o mar da nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE) ao ser consagrado naquele Tratado, a competência exclusiva da União Europeia (UE) para a gestão dos recursos biológicos do mar no âmbito da Política Comum de Pescas.

Esta acusação não é verdadeira e demonstra falta de conhecimento, ou má-fé política do seu autor, como a seguir se demonstrará.

A gestão comum dos recursos do mar é um processo que vem sendo feito desde que existe Política Comum de Pescas (PCP), ou seja, desde 1983, estabelecendo-se as regras aplicadas nas águas dos Estados-membros, remontando a 1970 a adopção das primeiras medidas comuns no sector da pesca, posteriormente reforçadas em 1976.

Porém, podemos afirmar, que desde a entrada em vigor do Tratado de Roma, existe um acordo de gestão comum dos recursos biológicos do mar.

Neste sentido, e de forma inequívoca, o acórdão "Kramer", do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, de 1976, veio clarificar que cabe à União Europeia a competência exclusiva na conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito de uma política comum de pescas.

Tendo Portugal aderido à UE em 1986, essa legislação aplica-se, desde então, ao nosso país como aos demais da UE, não tendo, pois, surgido com o Tratado de Lisboa, que apenas consagrou, de forma mais explícita, o que já constava da estrutura base da PCP.

Os recursos biológicos do mar carecem, para sua salvaguarda, que não fiquem ao dispor exclusivo de qualquer Estado-membro, dada a necessidade da sua constante monitorização e protecção, pois a imensidão dos mares, a conectividade entre as várias ZEE, que não são nem poderiam ser estanques entre si, a mobilidade das espécies, das correntes, etc., colocam todo um conjunto de preocupações sobre a preservação desses recursos biológicos, que impõem a necessidade de uma política que vá além do interesse particular de cada Estado e constitua um desígnio comum, que só a atribuição, nessa área, de uma competência exclusiva da UE, pode ser garantia da sua salvaguarda. Só desse modo poderão existir medidas que não difiram ao sabor dos interesses pontuais de cada Estado-membro, muitas vezes colidindo com os do vizinho.

Ignorar estas realidades, esgrimindo com uma alegada perda de soberania, é argumento de quem de má fé não olha a meios para manifestar a sua vocação antieuropeista.

Com todo o respeito pelos problemas e preocupações dos pescadores, mormente os açorianos que, com mais acuidade, manifestaram reservas sobre esta questão, não podemos deixar de recordar as palavras que recentemente proferiu o professor Adriano Moreira, em conferência sobre o Tratado de Lisboa, realizada na Assembleia da República, "a soberania é importante na medida das nossas capacidades para exercê-la".

Como bem esclareceu, então o senhor primeiro-ministro, em resposta a tão disparatada acusação proferida pelo citado responsável político do PCP, "o Tratado de Lisboa não altera o que já vigorava no que respeita às competências da UE quanto à gestão dos recursos biológicos – que se mantém como exclusiva da UE, e no que concerne aos demais aspectos da Política Comum de Pescas – que continua a ser partilhada com os Estados-membros", sendo mesmo consagrada a extensão da co-decisão, o que antes não sucedia, passando essas matérias a ser de deliberação do Parlamento Europeu e do Conselho.

OPINIÃO



CEIA DA SILVA
Deputado do PS

Fala-se hoje muito em ASAE, em segurança alimentar, em preservação dos produtos tradicionais, mas, no fundo da questão, quem sabe com eloquência do que fala?

TRADICIONAL Q- QUE, QUAL, QUALIDADE?

EM PORTUGAL viveram-se “momentos” e não estratégias profundas capazes de cimentar políticas de fomento e defesa efectiva dos nossos produtos tradicionais.

Um país com quase um milénio de história, não pode nunca abdicar das suas raízes e da sua “cultura” intrínseca, ou melhor, não pode abdicar dos seus princípios.

E este é claramente um ponto de partida para uma reflexão oportuna, seria e pragmática daquilo que transversalmente toca todo o país.

Não há nada pior que meias verdades, meias realidades e apenas vivermos através do sofá com as notícias da caixa mágica.

Fala-se hoje muito em ASAE, em segurança alimentar, em preservação dos produtos tradicionais, mas, no fundo da questão, quem sabe com eloquência do que fala?

Os denominados regulamentos de higiene, os famosos 2582/2583 de 2004 foram aprovados em sede da União Europeia no ciclo político do Governo PSD/CDS.

Palavras como HACCP, condições para higiene alimentar, foram transmitidas por esta regulamentação comunitária que só entrou em vigor em 2006.

Que oportunidade única, claramente ignorada pelos partidos á nossa direita para se manifestarem e se oporem a esta regulamentação?



Mas, tal não era cómodo, nem muito mais consentâneo com a sua atitude governativa, a ignorância, o desleixo, a falta de combatividade em defesa dos “tais” nossos produtos.

Isso, ficou e fica registado para sempre!

Quais defensores da hipocrisia, da demagogia barata, e de um populismo bacoco levou-os a falar de cinco ou seis pequenas árvores, mas nunca da floresta.

Neste turbilhão de emoções e de sentimentos contraditórios, importa informar, esclarecer, dar a conhecer, minuciar todos os cidadãos de toda e qualquer informação sobre esta matéria.

Temos que saber fundir conceitos de segurança alimentar com preservação, de qualidade com generosidade, de pequeno com inovação.

Tarefa difícil? Não, muitíssimo complicada.

Mas perante esta necessidade obvia de vir para o terreno, quem assumir as responsabilidades de responder perante o país e ouvir os seus agentes?

Apenas e inequivocamente o PS que propôs em sede parlamentar a criação do GPT/PP/PT, em defesa do equilíbrio, do esclarecimento, da nossa tradição e segurança alimentar. E perante isto, o PSD tem pautado a sua actuação pela ausência total e absoluta nestes fóruns em que temos ouvido todos os agentes envolvidos.

Queremos produtos tradicionais com qualidade, obviamente que sim!

Nos nossos restaurantes, obviamente que sim!

Em apoio aos pequenos produtores, obviamente que sim!

Estamos a trabalhar neste sentido? Sempre!

PS: Voltarei para apresentar propostas, resultados, contributos dum tema que vos envolve a todos!

Socialistas madeirenses alertam para estagnação da região

A MADEIRA está parada e o seu Governo estagnado. O alerta foi lançado pela Comissão Política do PS da região que exige respostas sobre a estratégia do Executivo madeirense para a resolução dos problemas da região autónoma.

O secretário-geral e porta-voz deste órgão do PS/M, Jaime Leandro, salientou, em reunião recente realizada no Funchal, que depois das eleições legislativas regionais de 6 de Maio de 2007, convocadas por Alberto João Jardim, o “Governo Regional está estagnado, a Madeira parada e o Executivo madeirense não governa”.

O dirigente socialista criticou o facto do presidente do Governo regional estar “mais preocupado com a sucessão do PSD/M do que com os problemas dos madeirenses”.

“A Madeira está adiada à espera que se resolvam estes problemas internos do partido na região e no continente para ver o que faz”, declarou o camarada Jaime Leandro, apontando de seguida para um visível agravamento das dificuldades vividas no dia a dia pelos madeirenses.

A título de exemplo, citou o aumento do desemprego no arqui-



pélago, uma situação que já levou a que “cerca de nove mil pessoas” estejam sem trabalho.

Leandro referiu ainda que cinco mil madeirenses já procuraram organizar a sua vida fora da região, emigrando, razão pela qual considera urgente que Jardim diga claramente “quando vai resolver pagar as promessas que fez de governar para solucionar os problemas que ajudou a criar”.

E adiantou que o presidente do Executivo madeirense não conseguiu concretizar na prática o governo social prometido na

campanha eleitoral, defendendo ser necessário que “informe os madeirenses sobre qual a estratégia que tem para a Madeira, a curto e médio prazo”.

“Há uma falta de estratégia e há inércia do Governo perante os madeirenses”, acusou Jaime Leandro, sustentando que Jardim deve “vir a terreiro dizer o que quer para a Madeira e os madeirenses, em vez de olhar para o seu umbigo e o seu PSD”.

“Exigimos respostas e que cumpra o que prometeu dar à Madeira”, rematou.

Concelhia do PS/Figueira da Foz exige suspensão do mandato do presidente da Câmara

O PRESIDENTE da Concelhia do PS da Figueira da Foz, António Paredes, exigiu a suspensão do mandato do presidente da autarquia PSD, Duarte Silva, arguido num processo relacionado com a construção de uma unidade hoteleira. “Deve suspender o mandato enquanto decorrerem as investigações para não as prejudicar”, disse.

Segundo o semanário “Sol”, Duarte Silva está acusado dos crimes de participação económica em negócio, prevaricação e abuso de poder, num negócio de venda de dois terrenos camarários na zona conhecida como Vale do Galante, para a construção de um hotel, e em sucessivos aumentos de quatro para 16 pisos do edifício.

Em conferência de Imprensa, António Paredes atribuiu culpas à totalidade do Executivo laranja, que acusou de votar favoravelmente decisões sobre o processo da zona conhecida como Vale do Galante, onde está em construção um aparthotel de 16 andares e 600 camas.

“Todo este Executivo, arguidos ou não, votou favoravelmente o processo do Galante. Está ferido de legitimidade política, todos são responsáveis, não fica ninguém de fora”, disse, recusando, no entanto, a realização de eventuais eleições antecipadas na autarquia.

“O PS não vai pedir eleições



antecipadas. É desejo nosso que os mandatos se cumpram, com as devidas excepções. Compete ao PSD tirar as devidas ilações e fazer uma leitura política de todo o processo”, defendeu António Paredes.

Para além do Vale do Galante, o presidente da Concelhia socialista referiu-se também a outros casos como a edificação de outros dois hotéis na Figueira da Foz, que classificou como “gestão das trapalhadas e das negociatas”.

“Estão a delapidar um património que é de todos. Há falta de transparência, contornos obscuros e muito duvidosos. De tal forma duvidosos, que até dão casos de polícia”, acusou.

Entretanto, recorde-se, em Fevereiro, durante uma sessão da Assembleia Municipal, o socialista

António Paredes tinha já apelado à suspensão do mandato do vereador do PSD e deputado na Assembleia da República Paulo Pereira Coelho, alvo de investigação no âmbito do mesmo processo.

Pereira Coelho foi alvo de um pedido de suspensão da imunidade parlamentar para ser ouvido pelo Departamento de Investigação e Acção Penal de Coimbra, pela suspeita dos crimes de abuso de poder e participação económica em negócio.

A urbanização do Vale do Galante, na marginal da Figueira da Foz, está no centro de um polémica que se arrasta há quase cinco anos e que motivou diversas participações em tribunal e iniciativas públicas de contestação, quer por parte de partidos políticos, como de um movimento de cidadãos.

Encontro autárquico em Braga

DECORREU no passado dia 10 de Maio, na vila do Gerês, mais um encontro autárquico distrital do Partido Socialista, que contou com a presença de centenas de autarcas socialistas, de muitos militantes e independentes que debateram com detalhe a situação política local, não deixando de apreciar o que se vai passando no país e no mundo.

O encerramento dos trabalhos foi presidido pelo cabeça de lista dos deputados eleitos pelo distrito de Braga, António José Seguro, tendo este realçado a importância das autarquias na afirmação nacional do Partido Socialista.

Das diversas conclusões saídas deste encontro destaque para a saudação subscrita pelos autarcas ao processo de transferência de competências do poder central para as autarquias, consideradas como “agentes essenciais” na criação e aprofundamento de políticas de desenvolvimento económico e social das populações locais.

Todas as intervenções políticas produzidas salientaram os desafios e as dinâmicas existentes em cada um dos concelhos, tendo os oradores sublinhado a ambição e o esforço que os socialistas, sem excepção, empregam no trabalho que desenvolvem nos órgãos autárquicos.

Outros dos pontos que foi realçado respeita ao facto de os autarcas terem encarado com esperança e determinação os desafios eleitorais de 2009, reafirmando que estão mobilizados para assegurar a vitória do PS, que consideraram essencial para a manutenção de



uma linha de governação reformista e solidária, como salientaram, “promotora do desenvolvimento das freguesias, dos concelhos e do país”.

Os participantes na Convenção Autárquica defenderam ainda

que o poder local constitui um instrumento imprescindível do processo democrático pela relação que mantém de proximidade com o cidadão e pela eficácia das suas políticas.

Manifestaram ainda uma susten-

tada esperança, como sublinharam, de que o QREN e o PRODER contribuam “decisivamente para a modernização do país”, concluindo assim “o ciclo de dotação em infra-estruturas” dando um decisivo impulso à qualificação

dos portugueses, à modernização e internacionalização do tecido empresarial e fundamentalmente “à consolidação de um novo modelo económico”, centrado no conhecimento, na inovação e nas novas tecnologias. R.S.A.

Miguel Ginestal alerta para resultados negativos de empresa municipal

CÂMARA DE VISEU

OS “RESULTADOS negativos” da empresa responsável pela gestão dos parques empresariais do concelho de Viseu preocupam os vereadores do PS na Câmara, que alertam para a possibilidade de “falência técnica, se nada for feito”.

Em conferência de Imprensa, o vereador Miguel Ginestal disse ser “muito preocupante o nível de execução da taxa de escrituras de área vendável” conseguido pela Gestin Viseu, que regista uma “tendência de decréscimo”, ou seja, 8,68 por cento em 2005, 2,83 em 2006 e 0,49 em 2007.

“No conjunto, a comercialização resume-se a apenas cerca de 12 por cento de área que foi vendida”, referiu, considerando que este é um “sério sinal de fracasso”.

Segundo Miguel Ginestal, “com níveis de desempenho tão baixos, alguns dos accionistas interrogam-se sobre a necessidade de revogar o acordo parassocial dotando



a empresa de um novo modelo de ‘corporate governance’, que possibilite o aumento de capital social, a defesa dos accionistas de referência e a captação de novos accionistas”.

E disse estranhar que o Relatório e Contas de Exercício de 2007 tenha sido aprovado por unanimidade pelo conselho de administração da Gestin Viseu, uma vez que da gestão desse ano

“resultaram prejuízos nominais de 186.650 euros que acumulam com 108.372 euros de resultados negativos apurados em 2006”.

A autarquia tem 20 por cento do capital social da Gestin Viseu, da qual também fazem parte, entre outras entidades, a Parque Invest - Sociedade Promotora de Parques Industriais e a Associação Empresarial da Região de Viseu.

No entanto, Miguel Ginestal

criticou a “posição meramente passiva” da autarquia na Gestin, que parece “estar satisfeita com a falta de resultados”.

E afirmou que o problema não pode ser só atribuído à conjuntura económica, uma vez que em concelhos vizinhos como Tondela, Nelas, Oliveira de Frades e Santa Comba Dão criam-se novos parques industriais e expandem-se os existentes.

O vereador socialista disse ainda que a Gestin Viseu “não compreende que a política de preços de solo industrial praticado cerca de 70 euros por metro quadrado constitui sério constrangimento à instalação de novas empresas” e considerou que Viseu não consegue ser competitivo “com concelhos limítrofes, servidos por boas acessibilidades e por políticas fiscais municipais mais favoráveis, e onde é muitas vezes cedido terreno infra-estuturado para novas empresas a preços meramente simbólicos”.



CALHA EM VILA REAL E SANTARÉM

O SECRETÁRIO nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, esteve presente nos passados dias 16 e 20, respectivamente, em Vila Real e Santarém, onde reuniu com os secretariados destas federações e os presidentes das concelhias e das câmaras socialistas locais, para analisar a situação autárquica nestes distritos.

Nestes encontros, ficou patente o bom trabalho que está a ser realizado a vários níveis pelas estruturas locais do partido e autarcas socialistas com vista às eleições de 2009.

PS/Setúbal debate autárquicas, reforma laboral e projecto europeu

EVIDENCIANDO grande dinamismo, a Federação de Setúbal do PS tem promovido e apoiado, recentemente, importantes iniciativas, com repercussão mediática significativa na região.

Assim, com o objectivo de preparar a estratégia do partido no distrito para as próximas eleições do Poder Local, a Federação uniu esforços com a Concelhia do PS de Palmela na realização de uma Convenção Autárquica.

Na sessão, que decorreu no dia 17 de Maio, na sede dos Bombeiros do Pinhal Novo, os intervenientes analisaram as prioridades do concelho e a posição dos principais adversários do PS – incluindo a “nefasta” gestão da CDU –, definindo uma estratégia a desenvolver pautada pela priorização da relação com os eleitores e pela atenção às preocupações dos agentes económico-sociais.

Neste sentido, os camaradas Fonseca Ferreira, presidente da CCDR/LVT, Maria Amélia Antunes, presidente da Câmara Municipal do Montijo, e Eduardo Cabrita, secretário de Estado para as Autarquias, advogaram a necessidade de apresentar um projecto de gestão consistente para Palmela, atendendo a que este é o maior concelho da Área Metropolitana de Lisboa em extensão geográfica, e que, além disso, possui um forte poder de atracção industrial e um enorme potencial agrícola.

Foram também equacionadas as questões relativas aos três grandes investimentos em equipamentos públicos definidos pelo Governo do PS, nomeadamente o novo aeroporto de Lisboa em Alcochete, a terceira travessia do Tejo e a plataforma logística do Poceirão.

Nesta primeira Convenção Autárquica, os participantes salientaram também a importância da salvaguarda do ordenamento do território, não só no que diz respeito a Palmela, mas também aos outros concelhos limítrofes.

Ainda no dia 17, na Estalagem do Sado, a Federação do PS de Setúbal



associou-se a uma iniciativa dos jovens que dirigem o PES-Activist Portugal, uma estrutura informal que tem por objectivo a defesa e o aprofundamento do ideal europeu, quer os socialistas estejam no poder ou na oposição nos países da UE.

Para esta sessão, onde se tocaram os pontos fundamentais do novo Tratado de Lisboa, foram convidados o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Manuel Lobo Antunes, os eurodeputados Ana Gomes e Joel Hasse Ferreira e a investigadora Ana Pinto, colaboradora do IPRI – Instituto Português de Relações Internacionais e docente universitária.

No dia anterior, 16 de Maio, também na Estalagem do Sado, realizou-se um plenário de militantes sobre a reforma laboral em curso, numa sessão muito participada em que intervieram os camaradas Vieira da Silva e Pedro Marques, ministro do Trabalho e secretário de Estado da Segurança Social, respectivamente.

Na ocasião, Vieira da Silva evidenciou o carácter progressista, com preocupações sociais e de esquerda, da proposta apresentada pelo Executivo, desmistificando a crítica comunista segundo a qual estaria a forjar-se uma reforma de direita.

O governante clarificou também a intenção patente na proposta do Governo de gerar estabilidade no emprego em prol da competitividade e do desenvolvimento.

Dai os mecanismos avançados – venceu o ministro – para combater os falsos recibos verdes, a diminuição dos limites para a renovação dos contratos a prazo, a extensão das licenças parentais e a preocupação em fomentar a contratação colectiva, com recurso à “arbitragem necessária”.

“Regiões na Europa” em debate

A Federação do PS de Setúbal apoiou também o semanário

internacional levado a efeito no dia 9 de Maio pela Fundação Friedrich Ebert subordinada ao tema “Regiões na Europa”, em que participaram militantes socialistas e várias personalidades do distrito, desde os presidentes das associações empresariais, AECOP e AERSET, passando pela administração da Autoeuropa e responsáveis das Universidades e do Politécnico.

Intervieram no seminário, moderado pelo camarada Eduardo Cabrita, o vice-presidente do Comité das Regiões da UE e ex-chefe de gabinete de Willy Brandt, Karl-Heinz Klair, Niels Lange, presidente da maior ONG da região da Westfália, e Ignácio Sanchz Amor, porta-voz e líder do POSE da Extremadura.

A sessão, muito participada, foi seguida de debate, resultando a recolha de experiências muito diversificadas, não apenas no domínio da regionalização mas também da descentralização, em

resultado da realidade concreta do país. Do debate ficou a ideia de que não há um modelo único da regionalização e que os casos alemão e espanhol não são por isso sobreponíveis.

“Independentemente dos modelos e da eficácia da regionalização importa que entre nós se reforcem mecanismos para que os objectivos da defesa dos espaços geográficos com identidade comum tenham crescentes factores de convergência. Isso depende da acção das várias forças políticas e dos múltiplos agentes que actuam no concreto”, como referiu o presidente da Federação de Setúbal, Vítor Ramalho, a encerrar o seminário e a propósito do distrito.

O presidente da Federação fez entretanto um repto a Ignácio Amor para que no segundo semestre de 2008 se iniciem encontros regulares de empresários das duas regiões, de Setúbal e da Extremadura, o que foi aceite. M.R./J.C.C.B.



Membros da Concelhia de Santiago do Cacém visitam Freguesia do Cercal

A COMISSÃO Política Concelhia de Santiago do Cacém do PS tem vindo a desenvolver um trabalho de aproximação do partido à realidade do município, tendo, neste contexto, visitado diversas instituições e promovido deslocações a determinados locais. No passado dia 10, foi a vez da Freguesia do Cercal.

O Secretariado da Comissão Política, eleitos pelo PS na As-

sembleia de Freguesia e na Câmara Municipal percorreram diversos locais, tendo reunido com a Associação de Bombeiros Voluntários.

Os socialistas verificaram que os jovens continuam a reclamar por condições de fixação no Cercal, que poderiam passar por um loteamento municipal.

Outra das necessidades que se manifestam na Freguesia é a de um

espaço do tipo Centro Cultural para permitir o acesso da comunidade a esta importante área do desenvolvimento pessoal e social.

Estes são apenas alguns aspectos com repercussão na vida dos munícipes do Cercal que o PS considera serem merecedores de uma atenção por parte da maioria comunista que governa a Câmara Municipal em ordem a satisfazer o interesse da população.

Maioria das secções de acção sectorial e temáticas foram a votos

J. C. CASTELO BRANCO

A ESMAGADORA maioria das secções de acção sectorial e temáticas do PS realizaram eleições para a escolha dos seus órgãos dirigentes, que ficaram marcadas por uma forte participação e mobilização dos militantes socialistas destas estruturas.

“Estas eleições foram muito participadas, o que prova mais uma vez o empenhamento e mobilização dos militantes na vida interna do partido”, afirmou ao “Acção Socialista” Custódia Fernandes, responsável pelas secções de acção sectorial e temáticas no âmbito da FAUL, que sublinhou ainda a qualidade dos presidentes eleitos destas secções, que se traduz no facto de “mais de 90 por cento terem formação académica superior”.

Nestas eleições, apenas nos CTT e Metro se apresentaram duas listas a sufrágio. Nos CTT venceu a lista A liderada pelo camarada Nuno Freitas, contra a lista B encabeçada pelo camarada José António Jesus Arsénio.

No Metropolitano, ganhou a lista B encabeçada pelo camarada José Orlando Bagarrão, que derrotou a lista A liderada pelo camarada José Osvaldo Bagarrão.

Nas restantes secções de



acção sectorial e temáticas apenas uma lista se apresentou a sufrágio, tendo Cesaltina Maria Santos Carvalho ganhado nos Serviços Municipais de Loures, Paulo César na Câmara Municipal de Odivelas, Carlos Duarte de Melo na ANA, e Diva Morazzo na Cultura. No BPI foi eleita a lista liderada por José Luís Santos Milício, na Caixa Geral de Depósitos ganhou António José Real Fonseca, no BES a vitória foi para Luís Manuel Inês Cavaco, no Totta foi eleito António Manuel Tavares Ramos, no Millennium-BCP venceu Abílio Silva Coelho e no Montepio foi eleito António Manuel Jesus Gouveia.

Na Câmara Municipal de Lisboa foi eleito presidente da secção João Luís Valente Pires, na Carris venceu António Manuel Matos Pereira, na Comunicação Social ganhou Alberto Arons de Carvalho, no Desenvolvimento Sustentável foi eleito Moisés Gil, na

EDP venceu Eduardo António Feteira, na EPAL ganhou João Carlos Duarte Cunha e na Educação Jesuína Amélia Bento Ribeiro. Carlos Jorge Madeira foi eleito nos Ferrovários, Rui Manuel Magina ganhou na secção Marítimo/Portuário, Matilde Jesus Alves venceu no Ministério da Agricultura, João António Silva Rodrigues foi eleito no Ministério das Finanças, e Egídia Pinto Queiroz Martins venceu na NAVE. Hilário Marcelino Teixeira tinha sido eleito na Refer, João Jesus Frajado Sequeira venceu na RTP/RDP, Herculano Afonso Prado ganhou na Santa Casa da Misericórdia e Vítor Hugo Santos Coelho venceu na Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional. Já nas Telecomunicações venceu a lista liderada por António Jorge Martins Barata, na Universidade Lusófona ganhou Teresa Rosário Damásio, nos Serviços Municipais de Loures foi eleito António José Patoleia e no Ambiente ganhou Hélder Ferreira.

Entretanto, vão fazer ainda eleições as secções sectoriais da TAP, Banco de Portugal, Junta de Freguesia de Odivelas, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Estradas de Portugal, STRAL e a Assembleia da República.

Vítor Bairrada reeleito presidente da Concelhia de Proença-a-Nova

VÍTOR Bairrada, reeleito para um quarto mandato à frente da Concelhia do PS de Proença-a-Nova, distrito de Castelo Branco, apontou como objectivos principais da sua moção de estratégia “reeleger a Câmara socialista, aumentar o número de militantes, especialmente mulheres, e trabalhar em estreita colaboração com a



Federação, de forma a que o partido consiga obter os melhores resultados nas eleições de 2009, numa conjuntura particularmente difícil”.

Em declarações ao “Acção Socialista”, o camarada Vítor Bairrada referiu ainda que num concelho do interior como é Proença-a-Nova “é preciso olhar para o futuro com optimismo e determinação, devendo o partido atrair para o seu seio pessoas com mérito e qualidade, especialmente jovens, para encontrarmos as melhores soluções”.

MANUEL ALEGRE NO PORTO PARA DEBATER OS CAMINHOS DA ESQUERDA

DANDO continuidade ao ciclo de debates “Novos Rumos para a Esquerda”, a corrente “Opinião Socialista” do Porto organiza dia 31 de Maio, no auditório do Instituto Superior de Serviços Sociais, na Senhora da Hora, em Matosinhos, o segundo debate deste ciclo sob o tema “Nova esquerda e desigualdade: que políticas?”.



Moderado por Eduardo Rodrigues, as intervenções estão a cargo de Manuel Alegre, Pedro Adão e Silva e André Freire.

Esta iniciativa, segundo os organizadores, pretende continuar a promover a reflexão crítica sobre os rumos de desenvolvimento do país, a adequação ou inadequação das políticas públicas, não só no seio do PS mas também na sociedade e, em particular, entre as novas correntes político-ideológicas da esquerda independente. **R.S.A.**

OPINIÃO



MARIA MANUELA AUGUSTO
Presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

Com esta reforma laboral está em cima da mesa um duro combate ao emprego precário, à instabilidade, à má-fé, à injustiça social

PERSPECTIVA DE GÉNERO NO CÓDIGO DO TRABALHO

A PROPOSTA do Governo para a reforma da legislação laboral tem estado na ordem do dia e tem sido amplamente debatida em inúmeras sessões e encontros com militantes, onde o secretário-geral, José Sócrates, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, o nosso camarada Vieira da Silva, e muitos dirigentes nacionais têm colocado em cima da mesa aquilo que está em discussão, ouvindo opiniões, dúvidas e sugestões inerentes a um processo com esta dimensão e pertinência.

Consciente do que está em causa no nosso futuro colectivo e de que a perspectiva de género tem que estar presente em todas as áreas de intervenção pública e política, o Governo introduziu nesta proposta medidas ousadas e coerentes com o que têm sido as suas políticas sociais.

Todos sabemos que a maternidade, cujo valor é inestimável, tem sido, no entanto, factor de discriminação das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que persiste a ideia estereotipada, na grande maioria os empregadores, de que os homens são trabalhadores mais disponíveis, livres de obrigações ao nível dos cuidados familiares, seja com os filhos, com os mais idosos, ou com as pessoas doentes ou com deficiência.

Desta visão sobre os diferentes papéis dos homens e das mulheres resulta o maior desemprego feminino, a desigualdade salarial, as diferentes oportunidades em termos de progressão na carreira e de promoção dentro das empresas, o difícil acesso das mulheres a cargos de chefia ou de topo na sua hierarquia, a pouca disponibilidade, ou o pouco tempo que lhes sobra para a sua formação contínua e aquisição de outras capacitações e competências para a sua requalificação profissional.

Acresce que tudo isto se poderá reflectir, noutra ciclo da vida, em reformas mais baixas e em velhices mais precárias.

Mas, se esta realidade é injusta para as mulheres, tem vindo também a penalizar os homens, que ainda estão sujeitos a múltiplos constrangimentos para conseguirem partilhar as responsabilidades na sua vida privada e familiar. E estes constrangimentos não são apenas de ordem cultural ou social, encontram-se na própria legislação laboral.

Por isso é tão necessário que o Código do Trabalho contenha disposições claras e assertivas que permitam aos pais trabalhadores essa partilha.

O Governo propõe, nesta reforma laboral, o novo conceito de licença de parentalidade inicial, em substituição das actuais licenças de maternidade, paternidade e adopção.

Actualmente, as mães podem optar entre uma licença de maternidade de quatro meses, remunerados a 100% do seu vencimento, ou de cinco meses, reduzindo o salário para 80%. Nesta proposta, poderão optar entre cinco meses, pagos a 100%, ou seis meses remunerados a 83%, se houver efectiva partilha desta licença, ou seja, se pelo menos um dos meses for gozado apenas pelo outro progenitor. Esta poderá ser alargada por mais seis meses, com 25% do salário, mas também aqui se verifica a obrigatoriedade de partilha, estando previstos três meses de licença para cada um dos pais da criança.

A licença de paternidade que no actual Código de Trabalho é de aceitação obrigatória para os pais trabalhadores, durante o primeiro mês a seguir ao nascimento dos filhos, aumenta de cinco para dez dias úteis, acrescentando-se a hipótese de serem gozados opcionalmente outros dez dias, remunerados a 100%.

Estas medidas são de uma enorme importância para as crianças, que poderão usufruir de um desenvolvimento mais harmonioso, com os cuidados da mãe e do pai, mas são também de uma enorme justiça para os homens, proporcionando-lhes a possibilidade da partilha dos afectos e dos cuidados com os seus filhos, numa fase das suas vidas que passa sempre tão depressa.

E, a longo prazo, estas atitudes terão efeitos cada vez mais positivos e menos discriminatórios para as mulheres no mercado de trabalho.

Mas este apoio à maternidade e à paternidade tem que passar também por medidas que facilitem a conciliação da vida pessoal com a vida familiar e profissional. O Governo tem vindo a fazer um grande esforço para aumentar o número de equipamentos para a infância e os cuidados continuados de saúde para os idosos, doentes e acamados, com uma visão realista do que devem ser as políticas de apoio às diferentes famílias.

A flexibilidade dos horários destes equipamentos sociais, a adaptação dos horários de trabalho e da sua duração aos diferentes ciclos de vida dos trabalhadores é já inadiável, prevendo a proposta do Governo que as convenções colectivas possam regular a variação diária e semanal desse tempo e conciliar as suas diferentes necessidades com os interesses das empresas.

E o que já ninguém pode escamotear é que ao aumento da nossa esperança de vida, que tanto apreciamos, não tem correspondido o necessário aumento da taxa de natalidade, indispensável para o equilíbrio de gerações e para a sustentabilidade dos sistemas de protecção social.

O Governo tem disso plena consciência e têm sido muitas as políticas sociais de incentivo ao aumento da natalidade.

Mas o Governo sabe também que a instabilidade no trabalho, que atinge tantos jovens e tantas famílias, limita as suas possibilidades de terem mais filhos. Por isso, não está disposto a pactuar com os chamados “falsos recibos verdes”, nem com os eternos contratos a termo certo, nem com a proliferação dos estágios não remunerados.

Com esta reforma laboral está em cima da mesa um duro combate ao emprego precário, à instabilidade, à má-fé, à injustiça social.

O diálogo social não pode ignorar estes temas nem estas preocupações. Governos, sindicatos, empresários terão que chegar a novos entendimentos e compromissos.

Estas questões têm que ser analisadas com a firmeza e a determinação de quem não quer deixar tudo como está.

“Desertificação com a coesão dos territórios e

RUI BALEIRAS, SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A desertificação económica não é uma fatalidade, combate-se promovendo a coesão dos territórios, mas, sobretudo, promovendo a sua competitividade, afirma o secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, salientando que a competitividade não é uma necessidade ou um desígnio dos territórios mais desenvolvidos, mas um desígnio de todo o espaço nacional. Em entrevista conduzida pelos leitores do “Acção Socialista”, Rui Baleiras sublinha que o Governo socialista tem uma “resposta completa” em termos de instrumentos de incentivo público à revitalização económica dos territórios de baixa densidade, destacando neste âmbito a última iniciativa dirigida ao desenvolvimento do interior, o PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, que mobiliza um vasto conjunto de estímulos financeiros para projectos de investimento privado em economias rurais, desde que inseridos em programas de acção colectiva.

De J. Pancas

O desenvolvimento regional deve passar pelo desenvolvimento local das freguesias rurais, nomeadamente por acessibilidades interfreguesias, às propriedades agrícolas e florestais.

Qual a acção em estudo para o desenvolvimento das freguesias rurais?

O desenvolvimento dos territórios de baixa densidade requer dos responsáveis políticos e dos actores do desenvolvimento presentes no território uma visão integrada com escala que ultrapasse o “local” e muito mais do que acessibilidades a propriedades agrícolas e florestais.

As freguesias rurais são uma realidade bastante diversificada. Julgo contudo que o leitor se refere às freguesias rurais com problemas de desertificação económica associada à baixa densidade de população, de actividade económica e de instituições.

Com efeito, há zonas rurais, quer no interior quer no litoral, que apresentam sintomas marcados de desertificação económica, sendo redutor discutir este problema como uma mera dicotomia litoral/interior.

O Governo está consciente de que este tipo de territórios representa um desafio particularmente difícil para as políticas de desenvolvimento regional.

Sabemos bem que uma parcela significativa do território continental conhece há muito fenómenos de perda de população e de actividade económica que, aliás, tendem a autoalimentar-se num círculo vicioso (poucos empregos, perda e envelhecimento de população, défice de empreendedorismo, pouco investimento privado, poucos empregos, e o círculo fecha-se e continua).

Porém, a desertificação económica não é, não pode ser uma fatalidade. E não é, não pode ser uma fatalidade porque não nos resignamos com essa visão derrotista. Se queremos um amanhã melhor para todos os portugueses, e para este desiderato todo o território nacional conta, então ninguém se pode conformar com a desertificação económica dos espaços de baixa densidade; em conjunto, temos de deliberadamente romper aquele círculo vicioso e introduzir dinâmicas de criação de negócios e desenvolvimento integrado nesses espaços.

A desertificação económica combate-se promovendo a coesão dos territórios, mas

combate-se, sobretudo, promovendo a sua competitividade. A competitividade não é uma necessidade ou um desígnio dos territórios mais desenvolvidos; é uma necessidade e um desígnio de todo o espaço nacional.

Maria Albina Rodrigues

Li uma referência na imprensa a uma iniciativa do Governo dirigida ao desenvolvimento do interior. Pode dar alguma informação sobre o que se trata?

Efectivamente, o Governo acabou de lançar o PROVERE – Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos. Esta iniciativa visa estimular a competitividade dos territórios de baixa densidade.

O PROVERE pretende: estimular os actores do desenvolvimento, residentes e não-residentes em espaços de baixa densidade, a construir parcerias (i.e., cooperarem) para executar programas de acção colectiva, com o foco estratégico na valorização económica de activos territoriais singulares, e com o investimento público a complementar o investimento privado na promoção da competitividade, assim rompendo o círculo vicioso de muitos territórios de baixa densidade.

O PROVERE disponibiliza um conjunto de estímulos à emergência destas dinâmicas. Com elas, pretendemos:

- combater o atomismo das intervenções e dos investimentos realizados pelas empresas e pelo Estado, aumentando a massa crítica dos projectos de investimento e das operações de desenvolvimento;
- aumentar o retorno privado e social dos investimentos realizados nestas áreas que são, normalmente, mais baixos do que os investimentos realizados em zonas com maior densidade (o todo é maior do que a soma das partes);
- incentivar a criação de redes de actores, ajudando a combater o défice estrutural de cooperação entre os portugueses

Devo notar que o PROVERE vem completar a oferta de instrumentos de política de competitividade territorial concebidos pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. Com efeito, já existiam as Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação e as Parcerias para a Regeneração Urbana, dois instrumentos da política de cidades



forçosamente focalizado nos espaços mais urbanos. Assim, o PROVERE vem estender a oferta de instrumentos de política aos territórios de baixa densidade, em larga medida complementares daqueles.

O PROVERE mobiliza estímulos financeiros de todos os fundos e Programas Operacionais do QREN, bem como do PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural – e do PROMAR – Programa Operacional das Pescas. Os estímulos a projectos de investimento integrados em programas de acção PROVERE serão maiores do que os que estão disponíveis para incentivar projectos individuais de investimento privado.

De António Silva

Se vivesse numa pequena aldeia (cerca de 200 habitantes) no Pinhal Interior Sul (freguesia de Cardigos, concelho de Mação e distrito de Santarém) que contributo daria para ajudar a dinamizar a vida económica e social da sua comunidade?

Reconheço que, em princípio, a mobilização das capacidades individuais e projectos

em prol da comunidade é mais forte para profissionais que vivem ou têm raízes numa pequena aldeia do que para aqueles que vivem numa grande urbe.

O contributo mais importante que poderia dar na situação que me descreve seria ajudar a ultrapassar aquelas que considero serem duas das maiores deficiências colectivas dos portugueses: individualismo na acção e deficiente articulação entre projectos privados e projectos públicos.

Nós, portugueses, gostamos pouco de cooperar entre nós. É assim entre empresas, entre municípios, entre empresas e municípios, entre estes actores e instituições do Ensino Superior, centros de desenvolvimento tecnológico e entidades formadoras... Com esta atitude, autolimitamos a nossa própria capacidade de afirmação competitiva na economia global. Mas não temos que ser assim! Também o individualismo não tem que ser uma fatalidade. É por isso que, a par de outras iniciativas do QREN, o PROVERE quer induzir práticas colaborativas entre diferentes actores do desenvolvimento, quer

bate-se promovendo e a sua competitividade”



trazer a força da cooperação para as dinâmicas do desenvolvimento económico nos territórios de baixa densidade. Para isso, traz incentivos à mudança de comportamento por parte desses actores.

A outra deficiência colectiva que nos temos de esforçar por ultrapassar é a dificuldade em planear e em executar conjuntamente projectos de investimento da iniciativa privada e da iniciativa pública. Isto é particularmente verdade quando falamos de acções colectivas apoiadas no passado pelos fundos estruturais que valorizaram a criação de infra-estruturas e equipamentos de utilização colectiva (por exemplo, muitas das Acções Integradas de Base Territorial — AIBTs), mas negligenciaram o envolvimento das empresas, que é indispensável para criar empregos. Foi por isso que concebemos o PROVERE para estimular igualmente a superação desta auto-limitação que tendemos a impor aos nossos programas de desenvolvimento regional, colocando o investimento público, mormente o que se desenrola no domínio da valorização do território, ao serviço e em

complemento do investimento privado nos territórios de baixa densidade.

De José Sampaio

O assunto despertou-me a atenção, pois o desenvolvimento regional esta ligado a minha área de trabalho. Sou empresário agrícola na firma Real Conquista – Produção e Comercialização de Vinhos e Turismo Rural, Unipessoal Lda. com sede no Porto e exploração no concelho de Alijó.

O conceito de desenvolvimento que tenho em mente serviria os interesses duma aldeia duriense, vinhateira, dos tempos do célebre Marquês de Pombal, todavia o acesso ao crédito, altamente desfavorecido para o interior, torna-se difícil a realização dos projectos em carteira. Também o grau de endividamento dos agricultores torna o risco a assumir demasiado elevado. A minha pergunta é:

Para quando a criação duma linha de crédito, associada ao QREN, de longo prazo, idêntica ao PDIRTM, do tempo de 1985?

Os empresários do Douro agradeciam e a Região Demarcada do Douro voltaria a ter pela frente dias mais prósperos, gentes apegadas as suas terras e o país ganharia em todos os aspectos.

O Governo tem uma resposta completa em termos de instrumentos de incentivo público à revitalização económica dos territórios de baixa densidade:

- Fundos de engenharia financeira do QREN – O primeiro-ministro anunciou a 21 de Maio última na Assembleia da República o lançamento de fundos de capital de risco e de garantia mútua a serem financiados pelos Programas Operacionais Temático Factores de Competitividade (a aplicar no Norte, no Centro e no Alentejo) e Regionais de Lisboa e do Algarve. Estes fundos, que contarão ainda com capitais da banca comercial, facilitarão o acesso ao crédito bancário por parte de PME com projectos inovadores e reduzir significativamente o custo do crédito a essas empresas.
- PROVERE – como anteriormente referi, pode igualmente funcionar como um instrumento de financiamento privilegiado para projectos de investimento privado em economias rurais, desde que inseridos em programas de acção colectiva que visem o desenvolvimento integrado de territórios de baixa densidade (www.qren.pt).
- PRODER – trata-se do programa operacional especificamente vocacionado para incentivar investimentos empresariais na agricultura, para além de estimular a adopção de práticas agrícolas e florestais amigas do ambiente e a diversificação da actividade económica em zonas rurais (www.proder.pt).
- Incentivos fiscais – o Orçamento de Estado atribui reduções significativas de impostos à prossecução de iniciativas empresariais a desenvolver no interior do continente.

Quero sublinhar que projectos de investimento privado integrados em parcerias PROVERE poderão ter uma comparticipação comunitária superior em 10 pontos percentuais à taxa de apoio prevista nos Sistemas de Incentivos do QREN para projectos idênticos mas apresentados de forma isolada e avulsa.

João Paulo Francisco

Nos últimos anos tenho em desenvolvimento um estudo de âmbito académico sobre a região do Vale do Côa, nomeadamente da área do Parque Arqueológico, visando a criação de um modelo de gestão alternativo ao actualmente existente.

Na semana passada o secretário de Estado Rui Baleiras esteve em Vila Nova de Foz Côa a apresentar o programa Provere. Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos, como tal gostaria de questionar se o Vale do Côa e a área do Parque Arqueológico são um dos eixos estratégicos do programa?

O Estado não privilegia territórios de intervenção (uns face a outros), está aberto

para estimular as melhores parcerias que apostem na criação sustentada de negócios e empregos em torno de recursos específicos e singulares do território. Compete aos actores organizarem-se e proporem bons programas de acção.

Dito isto, deve reconhecer-se que património arqueológico do Côa, o vinho e a paisagem humanizada do Douro constituem excelentes recursos para que os actores desse território e fora dele montem um belíssimo programa de acção candidatável ao PROVERE.

De Mónica Cunha de Oeiras

No Capítulo VI “Modernizar a Administração Territorial Autárquica” do Programa do actual Governo é referido que “A regionalização é essencial para que as políticas de desenvolvimento regional sejam efectivamente descentralizadas”, qual é a sua opinião sobre esta matéria?

Acredito que a regionalização torne mais eficaz a descentralização de muitas competências ligadas ao território. Isto é assim, na medida em que a aproximação da decisão face ao objecto e aos destinatários da mesma se realiza através de um decisor politicamente mandatado e responsabilizado para o efeito pelos destinatários das medidas.

Enquanto permanecer no continente o quadro político-administrativo que temos, é obrigação dos responsáveis políticos otimizar as políticas de desenvolvimento regional com os recursos e instituições existentes.

Os municípios são em Portugal grandes paladinos do desenvolvimento. Têm mais competências e, em média, são maiores que na União Europeia, mormente nos territórios onde há menos empresas e maior défice de empreendedorismo da sociedade civil.

Precisamos de cooperação interinstitucional, mais escala, de pensamento estratégico norteado para acções e actos de investimento de natureza supramunicipal. Daí o apelo à reorganização das associações de municípios em torno das unidades geográficas NUT III; daí os estímulos do QREN à cooperação de natureza supramunicipal.

Cristina Rocha

O primeiro-ministro anunciou que vão ser concedidos apoios que podem chegar aos 35% dos incentivos aprovados, permitindo um acesso muito mais rápido aos fundos comunitários e desonerando as empresas de uma parte substancial dos encargos financeiros com a concretização dos seus investimentos. Acha esta medida importante para o pleno aproveitamento dos fundos comunitários?

Claro que sim! Em qualquer situação, a possibilidade de receber uma parte significativa do incentivo aprovado antes de ter que desembolsar o custo do investimento a realizar é uma boa notícia para a empresa.

Trata-se de um benefício ainda mais valioso quando a conjuntura internacional impõe às empresas portuguesas taxas de juro mais elevadas e maiores restrições no acesso ao crédito.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

DETERMINAÇÃO E CONFIANÇA

QUANDO uma estratégia política e económica é correcta e tem ambição estrutural, não se pode deixar afectar pelos percalços conjunturais que tendem a atingir ciclicamente as economias abertas em contexto global. A relação que se pode estabelecer entre três notícias divulgadas pela Comunicação Social no passado dia 15 de Maio, ilustram de forma clara esta evidência.

Em 15 de Maio foram conhecidos os dados de crescimento da economia portuguesa no primeiro trimestre de 2008, conduzindo a um ajustamento em baixa das projecções de crescimento para 2008. No mesmo dia os dados do comportamento da economia alemã constituíram uma boa surpresa para os analistas e soube-se que Portugal subiu dois lugares no *ranking* de competitividade mais prestigiado do mundo (IMD).

O que justifica a diferente capacidade de absorção da crise global entre a Alemanha e Portugal é a diferente capacidade competitiva dos dois países. Por isso, a notícia de que Portugal, depois de vir a perder competitividade desde o início da década, inverteu agora a tendência e ganhou lugares tanto na avaliação do World Economic Fórum (cinco lugares) quer na avaliação do IMD (dois lugares) é uma excelente notícia, um sinal de esperança e um indicador de que as reformas em curso têm que continuar a ser prosseguidas com a mesma determinação, porque são elas que nos conduzirão à robustez económica e social necessária para enfrentar melhor as crises globais.

A determinação nas políticas precisa para ser ainda mais bem sucedida, numa aliança crítica com a confiança dos agentes económicos e sociais. No *ranking* de competitividade antes referido, a percepção dos empresários portugueses quanto ao futuro continua a ser muito pouco estimulante, mesmo quando comparada com países em situação económica bastante mais difícil do que a portuguesa. Em contrapartida, os empresários europeus interrogados sobre o comportamento de Portugal e o sucesso das suas reformas não hesitam em colocar o nosso país no "top ten" dos casos de sucesso e de atribuir a classificação de claramente satisfatórias às políticas que estamos a empreender (Business Europe/Update Survey 2008).

Os próximos meses não serão fáceis para a economia portuguesa e para a governação do PS. A consciência de que estamos a fazer bem o que deve ser feito deve ancorar a nossa firmeza. Só a determinação e a confiança nos conduzirão aos resultados que todos ambicionamos para Portugal.

Comissão Política aprova realização dos congressos federativos em Novembro



A Comissão Política do PS discutiu a reforma laboral e aprovou uma proposta do Secretariado para que a eleição directa dos líderes federativos decorra nos dias 24 e 25 de Outubro e os congressos federativos tenham lugar a 7 e 8 de Novembro.

REUNIDA na sede nacional no dia 20, a Comissão Política analisou ainda a actual situação política, tendo o secretário-geral do PS, José Sócrates, no discurso de abertura afirmado que os socialistas e o Governo irão travar, nos próximos meses, uma batalha dura com a oposição à esquerda, na revisão do Código do Trabalho.

Acusando o PCP e Bloco de Esquerda de tentarem boicotar um acordo sobre esta matéria em sede de concertação social, Sócrates sublinhou que esta é uma batalha pela modernização que tem de ser ganha pelos socialistas.

Após a intervenção do secretário-geral, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, fez uma intervenção em que procurou explicar detalhadamente a proposta do Governo de reforma laboral.

Falando aos jornalistas no

final da reunião da Comissão Política, Vieira da Silva disse que o PS e Governo vão continuar a promover acções para explicar os objectivos centrais da revisão do Código do Trabalho, negando peremptoriamente que

se pretenda facilitar os despedimentos.

O dirigente socialista referiu que, perante a proposta do Executivo de revisão das leis laborais, "há sempre dúvidas", até por se tratar "de uma matéria complexa" e porque o processo negocial "ainda não está encerrado".

"O PS tem vindo a desenvolver por todo o país reuniões sobre este tema e foi salientado que é preciso continuar esse trabalho", declarou Vieira da

Silva, salientando que esta "foi uma das principais conclusões" da reunião da Comissão Política Nacional do PS.

Segundo sublinhou ainda Vieira da Silva, na proposta do Executivo socialista "não há despedimento por ausência de adaptabilidade, nem facilitação dos despedimentos. O PS está preparado para aceitar o conjunto da proposta para debate na concertação social e para posterior apresentação na Assembleia da República". J.C.C.B.

